



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

# **A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO E NA SÍRIA: REPERCUSSÕES NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO**

Cátia Filipa de Oliveira Ramos

**Orientadora:** Prof. Auxiliar Doutora Teresa de Almeida e Silva

*Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em  
Relações Internacionais*

**Lisboa**

**2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha Orientadora, a Professora Teresa de Almeida e Silva, por todo o apoio, disponibilidade, análise crítica, dado ao longo deste trabalho. Sem os seus conhecimentos e a sua ajuda não teria sido possível a concretização deste trabalho.

Da mesma forma, agradeço aos meus pais e ao meu irmão por toda a motivação e apoio nas horas difíceis que foram fundamentais para que não desistisse.

Ao meu namorado, por toda a paciência, carinho, apoio, dedicação, e principalmente por nunca deixar de acreditar em mim. Obrigada por fazeres parte da minha vida.

À minha família, em especial, à minha tia Alice pelo exemplo de vida que sempre foi para mim, transmitindo-me confiança, persistência e determinação. Obrigada ao meu primo e padrinho Carlos por toda a ajuda ao longo do mestrado.

Aos meus amigos e amigas, sempre presentes, mesmo quando a distância nos manteve distantes, obrigada pela amizade e confiança que sempre depositaram em mim.

Obrigada aos meus Professores do ensino secundário, José Coutinho, Fernando Évora, Orlando, Fernando Almeida, pelo gosto que me inculcaram no estudo e no conhecimento.

Por fim, não podia deixar de agradecer a todos os Professores (as) que fizeram parte do meu percurso académico no ISCSP e que contribuíram para a minha formação. Obrigada, também, a todos os colegas de mestrado.

## RESUMO

O Médio Oriente assume especial importância para os países ocidentais pela sua posição geoestratégica, relativamente às rotas que permitem o acesso e o abastecimento de recursos energéticos. Tem, também, um papel fundamental na segurança mundial, devido à necessidade de contenção do terrorismo jihadista internacional.

A Primavera Árabe embora, desde logo, associada às aspirações democráticas das populações árabes tornou, ainda mais, indefinida a conjuntura da região. A expansão de grupos fundamentalistas islâmicos junto dos movimentos revolucionários preocupa a comunidade internacional e o Estado de Israel.

O debate em torno da “questão palestiniana” é, neste contexto, cada vez mais atual e pertinente. O conflito israelo-palestiniano tem um impacto significativo nas relações entre os países da região, e representa uma ameaça à já frágil estabilidade que caracteriza o Médio Oriente. Os obstáculos que, ao longo de mais de 60 anos, impediram a resolução desta problemática tiveram como resultado o desenvolvimento de mais radicalismo e violência.

Neste sentido, as revoltas árabes podem implicar alterações importantes na geopolítica da região e nas alianças que asseguraram o *statu quo* israelita.

**Palavras-chave:** Médio Oriente, Primavera Árabe, fundamentalismo islâmico, sionismo, conflito israelo-palestiniano.

## **ABSTRACT**

The Middle East plays a special role to the western countries due to its geostrategic position regarding the routes that allow the access and supply of energetic resources. It also displays a special role in the world's safety due to the need of containing terrorism of the international jihad.

The Arab spring, although associated to the democratic aspirations of the Arab people, made the conjuncture of the region even more undefined. The expansion of Islamic fundamentalists' groups within the revolutionary movements worries the international community and the state of Israel.

The debate over the "Palestine issue" is, in this context, more current and relevant. The Israeli-Palestinian conflict has a significant impact on the relations between the countries in the region and represents a threat to the already fragile stability that characterizes the Middle East. The obstacles that over more than 60 years prevented the resolution of this problematic had as a result the development of more radicalism and violence.

In this sense, the Arab revolutions' may implicate important changes on the geopolitics of this region and in the alliances' that assured the Israeli *statu quo*.

**Key words:** Middle East, Arab Spring, Islamic fundamentalism, Zionism, Israeli-Palestinian conflict.

## **ACRÓNIMOS**

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

AP – Autoridade Palestiniana

Baath – Ressurreição

BM – Banco Mundial

CSFA – Conselho Supremo das Forças Armadas

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ESL – Exército Sírio Livre

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSN – Frente de Salvação Nacional

Hamas – Movimento de Resistência Islâmica

Hezbollah – Partido de Deus

KNESSET – Parlamento Israelita

MNA – Movimento dos Não Alinhados

OLP – Organização de Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

PND – Partido Nacional Democrático

RAU – República Árabe Unida

SDN – Sociedade das Nações

TPI – Tribunal Penal Internacional

UE – União Europeia

UNRWA – Agência das Nações Unidas de apoio aos refugiados palestinianos

UNSCOP – Comité Especial das Nações Unidas para a Palestina

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Conceitos Operacionais.....	5
Nota Metodológica.....	10
Estado da Arte.....	13
1. O Conflito Israelo-Palestiniano.....	16
2. Fundamentalismo.....	21
2.1. Origem.....	21
2.2. Fundamentalismo Judaico.....	21
2.3. Fundamentalismo Islâmico.....	25
3. A Primavera Árabe.....	31
3.1. Contextualização.....	31
3.2. Causas das Revoltas Árabes.....	32
3.2.1. Causas diretas:.....	32
3.2.2. Causas Indiretas:.....	33
3.2.3. Aceleradores das Revoltas:.....	34
3.3. Consequências da Primavera Árabe.....	35
4. A Revolução Egípcia.....	38
4.1. Enquadramento histórico.....	38
4.2. O Egito nas vésperas da Revolução.....	40
4.3. A Revolução de 25 de janeiro de 2011.....	42
4.4. Transição e Novo Governo.....	43
5. O Conflito na Síria.....	47
5.1. Nota introdutória.....	47
5.2. A diversidade étnico-religiosa.....	47
5.3. A Síria no contexto regional.....	49
5.4. A Síria de Bashar Al-Assad.....	50
5.5. A sublevação popular.....	52

5.6. “Primavera de Damasco?” .....	54
6. Modelo Teórico de Evolução da Crise.....	57
6.1. Os Casos de Estudo – Egito e Síria .....	60
7. Repercussões da Primavera Árabe no conflito Israelo-palestiniano.....	63
7.1. Nota prévia.....	63
7.2. A ascensão política da Irmandade Muçulmana no Egito .....	63
7.3. O Acordo entre o Hamas e Fatah.....	66
7.4. A crise na Síria e as suas implicações no conflito israelo-palestiniano .....	68
7.5. Israel e os acontecimentos do Mundo Árabe.....	69
Considerações Finais .....	71
Referências Bibliográficas .....	74
Anexos .....	79

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, insere-se no âmbito do curso de Mestrado de Relações Internacionais, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

A escolha deste tema de investigação – “A Primavera Árabe no Egito e na Síria: repercussões no conflito israelo-palestiniano” –, deveu-se ao interesse que esta temática sempre nos suscitou ao longo da licenciatura, e que se foi intensificando no decorrer do curso de mestrado, nomeadamente, com as unidades curriculares de *Sociedade e Cultura na Área Islâmica e Fundamentalismos Contemporâneos*.

A dramática questão humanitária intrínseca a este conflito sempre nos motivou grande curiosidade em obter mais informações que nos permitissem ter um conhecimento mais aprofundado sobre a questão.

Por outro lado, a região em que o conflito israelo-palestiniano está inserido sempre foi alvo de disputa entre as principais potências mundiais, e as suas consequências ultrapassam as fronteiras geográficas do Médio Oriente, dividindo a opinião pública mundial e colocando os Estados da comunidade internacional em posições opostas.

O Médio Oriente é, de facto, uma região de suma importância nas relações internacionais devido aos seus recursos energéticos, fundamentais para o desenvolvimento dos países ocidentais; e adquiriu, especialmente a partir do ano de 2001, um papel de relevo na segurança internacional – combate aos grupos terroristas jihadistas islâmicos. Todo este protagonismo torna evidente, a razão pela qual, é fulcral manter um Médio Oriente politicamente estável.

Os fenómenos da “Primavera Árabe” vêm, neste sentido, tornar ainda mais indefinida a conjuntura da região. As revoltas árabes, desde logo associadas à vontade dos povos árabes em estabelecer regimes democráticos, foram, aos poucos, transformando-se numa plataforma para a expansão de grupos fundamentalistas islâmicos junto dos movimentos revolucionários.

A instabilidade política, económica e social que se gerou com as revoluções no mundo árabe, para além de poderem ter consequências profundas na geopolítica na região, podem implicar flutuações nos preços dos produtos petrolíferos, e ter consequências na segurança e estabilidade internacional<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> As revoltas árabes levaram a que muitas pessoas abandonassem os seus países como forma de “fugirem” à violência que aí ocorria, voltando-se para os vizinhos árabes e para a Europa (ex: ilha italiana de Lampedusa). Estas vagas de refugiados podem originar instabilidade (política, social, económica) nos países de acolhimento. Por outro lado, a possibilidade do fundamentalismo islâmico chegar ao poder e a proximidade relativamente a potências nucleares (Paquistão e Israel) pode ter consequências sérias na estabilidade internacional.



Neste contexto, a discussão em torno do conflito israelo-palestiniano torna-se cada vez mais atual e pertinente devido ao impacto que este conflito tem na região. As revoltas árabes podem alterar o modo como, até, agora, os países árabes se relacionaram com a questão palestina, o que poderá repercutir-se nas alianças que asseguraram o *statu quo* de Israel.

Assim, pretendemos, com este tema de investigação, identificar e compreender as dinâmicas que a “Primavera Árabe” poderá introduzir no conflito israelo-palestiniano. Esta problemática foi, até, este momento, pouco estudada, o que torna este tema bastante inovador, e abre uma perspectiva para análises futuras.

A complexidade e os particularismos que caracterizam as revoltas árabes levaram-nos à necessidade de restringir o nosso estudo aos casos do Egito e da Síria. A escolha destes dois países deveu-se a questões históricas e de proximidade relativamente às várias fases que caracterizaram o conflito israelo-palestiniano.

A partir dos acordos de Camp David, a política egípcia foi marcada por uma postura de aproximação e não afrontamento a Israel e aos EUA. Com a recuperação dos territórios da Península do Sinai, o Egito deixa de ser um ator que exercia pressão para a resolução da questão palestina.

A queda de Hosni Mubarak e a vitória da Irmandade Muçulmana nas eleições egípcias leva a que nos questionemos sobre a política deste “Novo Egito”, quer em relação à causa palestina, quer nas relações com o Estado judaico.

No que concerne à Síria, importa referir as divergências que sempre marcaram a sua política com Israel (em especial os Montes Golan). A Síria não reconhece o Estado de Israel e leva a cabo uma política anti-israelita e antiamericana, que se traduziu no apoio a grupos como o Hezbollah e o Hamas. Tudo isto contribuiu para o seu isolamento internacional e para a sua aproximação ao Irão. A eminente queda do regime de Bashar Al-Assad poderá ter como consequência, à semelhança do Egito, a instauração de um governo inspirado no islamismo político, o que poderá ter implicações nas relações já tensas com Israel.

Tendo em conta o objetivo de estudo já enunciado a nossa pergunta de partida será: A Primavera Árabe no Egito e na Síria terá repercussões no conflito israelo-palestiniano?

No seguimento desta pergunta será fundamental responder a outras questões:

- A política da Irmandade Muçulmana será caracterizada por uma continuação ou afastamento da política de Mubarak em relação à causa palestina?
- Qual o desfecho para a violência na Síria? Quais as consequências na região? A queda de Bashar Al-Assad contribuirá para uma política mais moderada com

Telavive que possibilite a recuperação dos territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias?

- Qual o papel dos grupos fundamentalistas?
- O que acrescentará de novo o processo revolucionário no mundo árabe? Qual a reação de Israel e da comunidade internacional? Será a derradeira oportunidade para a resolução definitiva do conflito israelo-palestiniano?

Para a prossecução destes objetivos, dividimos o nosso trabalho em vários capítulos. Assim, num primeiro momento analisaremos os aspectos gerais que caracterizam o conflito israelo-palestiniano, o que nos leva à necessidade de perceber como o fundamentalismo, quer judaico, quer islâmico, se relaciona com esta problemática.

Posteriormente, analisaremos o fenómeno da Primavera Árabe, destacando as suas causas e as suas consequências. Essa análise, mais global, é imprescindível para que possamos compreender os processos revolucionários que tiveram lugar no Egito e que, ainda, estão em curso na Síria.

De modo a conseguirmos um estudo mais aprofundado e detalhado, aplicaremos às revoluções egípcia e síria o modelo de evolução da crise desenvolvido pelos investigadores – Teresa de Almeida e Silva e Pedro Ferreira. Este modelo parte da premissa de que a maioria da população mundial se concentra nos centros urbanos (tendência que se intensificará nos próximos anos), este facto torna propícia a ocorrência de crises em ambiente urbano, que ao não serem controladas levarão ao *falhanço do Estado* e ao *Caos Urbano*. A aplicação das seis fases de evolução da crise propostas por este modelo permite-nos comparar e contrapor os resultados obtidos em ambas as crises.

Depois de toda esta análise estabelecemos relações entre as revoltas (Egito e Síria) e o conflito israelo-palestiniano de modo a delinear os cenários mais prováveis.

Por fim, impera, salientar a dificuldade que tivemos em encontrar uma teoria das relações internacionais que se encaixasse na nossa investigação. Não vamos aqui entrar no longo debate intrínseco às teorizações das relações internacionais. Apenas queremos realçar, tal como defendeu, o Professor Doutor Adriano Moreira (1996) na teoria do “transnacionalismo”, que o atual sistema internacional envolve uma panóplia de atores para além dos Estados – temos os indivíduos, grupos de interesses, empresas multinacionais, Organizações Internacionais, etc. – que superam o formato inter-nacional que caracterizou as teorias clássicas (realismo, idealismo) e que levou a uma erosão do “poder” dos Estados. Esta situação é bem visível nas revoluções árabes, com a sociedade civil, partidos políticos,

grupos fundamentalistas, elites militares e económicas a atuar simultaneamente, e que não estão subordinadas ao poder do Estado.

## CONCEITOS OPERACIONAIS

*“Existe uma discussão sobre a necessidade de formulação de conceitos que orientem a investigação, havendo quem negue que eles devam preceder a ação, e quem sustente que sem uma conceituação prévia não existe investigação possível”.*

Adriano Moreira *cit. in* Ruth Costa Deus, 1999, p. 15

Por conceitos operacionais entendemos; o conjunto de noções centrais que orientam a nossa investigação, e que são fulcrais para a compreensão do nosso trabalho.

É bem verdade que muitos destes conceitos comportam um extenso leque de definições, motivo pelo qual, apenas se lhes deve atribuir os significados que aqui propomos.

Desta forma, identificamos três conceitos fundamentais, transversais, a todo o nosso estudo:

- **Fundamentalismo Islâmico**

O fundamentalismo islâmico foi a reação contra o fracasso dos modelos políticos e económicos que o Ocidente tentou aplicar nas sociedades muçulmanas. Esperava-se que a ocidentalização e secularização tivessem como consequência a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a melhoria das condições de vida das populações, contudo, o que se verificou foi a instauração de regimes ditatoriais, corruptos e opressivos, com a riqueza concentrada numa pequena elite, que controla todo o setor económico (Davidson *apud* Silva, 2011: 61-62).

A decepção em torno das políticas ocidentais contribuiu para o desenvolvimento de nacionalismos e ideologias fundamentalistas e extremistas apoiadas na religião islâmica. A influência ocidental passou a ser encarada como sinónimo da degradação política, económica e cultural das sociedades muçulmanas.

*“O islamismo político é pois uma ideologia de ressentimento contra o atraso, contra a corrupção, contra a injustiça”* (Lara, 2011: 571).

O fundamentalismo islâmico pretendeu, assim, constituir um “novo caminho” para o mundo muçulmano, que passaria pela reislamização da sociedade através da aplicação da *shari’a* (lei islâmica) e da purificação do Islão das influências ocidentais (Silva, 2010: 244).

Neste sentido, o fundamentalismo islâmico transforma a lei islâmica num verdadeiro modelo político que se aplica a toda a vida em sociedade (Silva, 2011: 63).

Por outro lado, o fundamentalismo proporcionou melhorias significativas na vida dos membros mais pobres da sociedade, e foi o único meio disponível por muitos na luta e defesa de melhores condições de vida (idem: 61). O islamismo político atraiu em especial os jovens, os estudantes, as camadas mais pobres da sociedade que se encontravam descontentes com a ocidentalização (Lara, 2011: 570).

- **Sionismo**

O sionismo tem a sua origem na palavra hebraica “*sion*”, sinónimo de Jerusalém de acordo com a histórica judaica. Designa a colina na parte nordeste de Jerusalém, na qual foi construída a cidade. É, também, o local onde foi edificado o templo de Salomão, símbolo da *Terra Santa* (Deus, 1999: 70-71).

Em sentido moderno, o termo sionismo apareceu pela primeira vez nos finais do séc. XIX numa publicação de Nathan Birnbaum<sup>2</sup> (1890), expressando uma orientação política para a *Eretz Israel* – Terra de Israel (idem).

O sionismo surgiu como uma conceptualização intelectual para a problemática situação em que os judeus europeus<sup>3</sup> se encontravam, e como uma solução prática para essa mesma situação. Foi uma consequência direta das condições económicas, políticas e sociais vividas pelos judeus no séc. XIX, e indireta de muitos séculos de história judaica que se seguiu à dispersão dos judeus oriundos da Palestina após a conquista de Roma (Silva, 1998: 22-25).

O movimento sionista pode também ser caracterizado como uma resposta à tentativa fracassada de emancipação dos judeus europeus, que se inseriu num contexto de florescimento dos nacionalismos na Europa (Deus, 1999: 76).

O ímpeto sionista muito ficou a dever-se ao movimento que se iniciou na Rússia, em 1881, na sequência dos *progroms*<sup>4</sup> impostos pelo regime czarista às comunidades judaicas e que, rapidamente, se espalhou por toda a Europa. Denominado por *Hibbat Ziyyon* (“Amantes do Sião”), este grupo, receando a aniquilação, impeliu muitos judeus a abandonar a Rússia, facto que acabou por se verificar, com muitos judeus a emigrar para o continente americano (sobretudo para os Estados Unidos) e para a Palestina. Estes últimos, ainda em número reduzido, constituíram a primeira vaga de judeus a chegar à Palestina – “*primeira aliya*”<sup>5</sup> (1882), e lançaram os alicerces para uma futura comunidade judaica (Pappe, 2007: 67).

---

<sup>2</sup> “*Selbstemanizipation*”.

<sup>3</sup> A este respeito, devemos ter em atenção que embora a situação dos judeus seja realmente dramática no centro e leste da Europa, a partir da instauração do Código Napoleónico em França os judeus começam a ser menos discriminados, e cada vez mais assimilados pela sociedade nos países ditos da Europa Ocidental.

<sup>4</sup> Discriminação e perseguições.

<sup>5</sup> “*Ascensão*” – expressão que significava que a imigração para a Palestina era vista como um ato que elevava os judeus a uma forma de vida e existência mais alta.

Cerca de um decénio depois do estabelecimento dos primeiros colonos judeus na Palestina, Theodore Herzl seria o impulsionador de um grande movimento sionista mundial que culminou com a criação da Organização Sionista Mundial (1897).

Herzl considerava inevitável o antissemitismo na Europa, para si o problema judaico não era de ordem religiosa ou social, mas sim nacional – os judeus eram uma nação sem pátria (Silva, 1998: 22-25). Durante algum tempo, Herzl tentou angariar apoios em prol do seu movimento junto da elite judaica, contudo, não obtém grande sucesso, visto que o sionismo era considerado por muitos como uma interferência na vontade de Deus de que os judeus permanecessem no exílio até à chegada do Messias (Pappe, 2007: 65). Pelo contrário, no leste da Europa, consegue cativar mais seguidores<sup>6</sup>.

Seria precisamente através dos apoiantes conquistados na Europa Central e de Leste que o movimento se começou a expandir substancialmente, adquirindo um carácter cada vez mais político. Daí resultou o I Congresso Sionista (ou de Basileia), fórum onde foram discutidas as questões mais prementes para a continuação do movimento sionista, que tinha como objetivo a criação de uma pátria nacional para o povo judeu na Eretz Israel (Palestina), reconhecida pelo direito internacional. No II Congresso (1899) é acrescentado ao primeiro objetivo o imperativo de colonizar a Terra de Israel.

A partir do momento em que os líderes sionistas decidiram realizar a sua visão de um reviver nacional na terra da Palestina, o sionismo que se tinha iniciado como um movimento nacional do povo judeu da Europa, transformar-se-á num impetuoso movimento colonialista.

O Mandato britânico sobre a Palestina, depois da Primeira Guerra Mundial, deu o impulso que faltava para a prossecução dos objetivos defendidos pelos sionistas.

É neste contexto que, nos primeiros decénios do séc. XX, começam a chegar à Palestina um crescente número de judeus. Estes instalaram colonatos, empresas corporativas, escolas e até uma milícia armada<sup>7</sup>, estabelecendo-se, desta forma, a infraestrutura humana necessária para a construção de um Estado (Pappe, 2007: 70-71).

Os colonos judeus ignoraram a população autóctone e raramente partilharam alguns dos benefícios modernos que tinham trazido da Europa (idem). Por outro lado, encaravam a população local como um obstáculo à criação do seu tão sonhado Estado judaico, que havia sido prometido por Javé a Abraão 4000 anos antes de Cristo (Lara, 2011: 567).

---

<sup>6</sup> Na Polónia, Rússia, e Roménia encontra comunidades judaicas desoladas, alvo das constantes perseguições e sem quaisquer privilégios na sociedade. Estas aguardavam ansiosamente a chegada de um salvador, e viram em Herzl o “novo David” (Pappe, 2007: 65).

<sup>7</sup> *Hagana* (defesa em hebraico)

Com a criação do Estado de Israel em 1948, a ideologia sionista tornou-se ainda mais presente, intensificando-se nas esferas políticas, religiosas, sociais e culturais da sociedade israelita. Esta situação é bem visível se tivermos em conta que, em última instância, Israel destina-se e pertence ao povo judeu, o que excluí e torna inferiores em termos de estatuto todos os outros cidadãos israelitas não-judeus<sup>8</sup> (Shahak, 1997: 17).

Estas ideias orientam toda a política do Estado de Israel na atualidade, sustentam a rígida política sobre a população palestina, bem como a construção de colonatos praticada pelos sucessivos governos israelitas nos territórios que permanecem anexados desde a Guerra dos Seis Dias.

O sionismo é, de facto, uma “sede” de território e de demografia (Chauprade, 2003: 606), os colonatos judaicos e os territórios pertencentes ao povo palestino podem ser entendidos de acordo os sionistas como o “território necessário à completa e perfeita realização do ser político” – Israel –, visão que se enquadra perfeitamente na teoria geopolítica do *Espaço Vital* (“*Lebensraum*”) desenvolvida por Friedrich Ratzel (Dias, 2005: 72).

Em suma, o movimento sionista do séc. XIX, que pretendia responder às necessidades da população judaica que vivia na Europa, tornou-se, especialmente, a partir da criação de Israel, num movimento colonialista e extremista, que discrimina os palestinos, tenta a todo o custo inviabilizar a criação do Estado da Palestina controlando e explorando os recursos nos territórios adjudicados aos palestinos pelas Nações Unidas.

- **Primavera Árabe**

Com origem na Tunísia, no final de dezembro de 2010, o processo denominado por “Primavera Árabe” deve ser entendido como uma revolta popular em massa contra o autoritarismo, as políticas que deterioraram a economia, o desemprego, pobreza, repressão, corrupção, e falta de liberdades civis. As revoltas árabes foram, deste modo, associadas à vontade das populações de caminhar no sentido da democracia.

A “Revolução Jasmim” que ditou a queda do ditador Ben Ali na Tunísia funcionou como o rastilho para as demais revoltas que ocorreram um pouco por todo o mundo árabe. A internet teve aqui um papel bastante preponderante, ao pôr em contacto realidades semelhantes, organizando os protestos e denunciando as práticas repressivas dos Estados.

Ao mesmo tempo, a “Primavera Árabe” suscita-nos um conjunto de interrogações quanto ao futuro destes países. Na sequência dos regimes derrubados podem ser instalados regimes democráticos, como regimes ainda mais repressivos ou inspirados no fundamentalismo islâmico (Silva, 2011: 149-150).

---

<sup>8</sup> Principalmente os árabes israelitas.

No Egito, a Irmandade Muçulmana conseguiu alcançar o poder, no entanto, ainda não é suficientemente clara a política que será desenvolvida pelo governo. Já na Síria, com a guerra civil que grassa no território, tem sido possível observar cada vez mais a definição de fações inspiradas numa visão fundamentalista islâmica (Barthe, 2012: 38).



## NOTA METODOLÓGICA

Em termos metodológicos consideramos que o método de pesquisa que melhor se aplica ao nosso estudo é a análise qualitativa. O método qualitativo revelou-se o mais adequado dado que pretendemos identificar e compreender as dinâmicas que a Primavera Árabe poderá introduzir junto do conflito israelo-palestiniano.

A abordagem qualitativa parte do pressuposto de que o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e dos seus significados (Moreira, 2007).

Parafraseando Moreira (idem: 49), *“os métodos qualitativos buscam entrar dentro do processo de construção social, reconstruindo os conceitos e ações da situação estudada, para descrever e compreender em detalhe os meios através dos quais os sujeitos empreendem ações significativas e criam um mundo seu (e dos demais) ”*.

A investigação qualitativa permite-nos, assim, interpretar fenómenos e atribuir significados a esses mesmos fenómenos (idem: 89). Dito de outro modo, a partir desta metodologia de análise poderemos construir ideias e formular hipóteses.

De modo a alcançar o nosso objetivo primário obteremos por uma abordagem descritiva e exploratória. Seleccionamos, portanto, um conjunto de temas que consideramos primordiais para a perceção do nosso estudo, dando a conhecer a realidade social na qual se insere o nosso objeto de estudo, e proporcionando-nos maior familiaridade com o problema (Dogdan e Dyklen, 1994).

A Primavera Árabe envolve uma panóplia de atores e particularismos muito específicos, motivo pelo qual, para tornar o nosso estudo exequível, tivemos de seleccionar os casos que melhor se enquadravam na nossa investigação, e onde foi possível estabelecer uma relação direta com o nosso objeto de estudo<sup>9</sup>. Por razões históricas e de proximidade relativamente ao conflito israelo-palestiniano, o Egito e a Síria surgiram-nos como os atores de maior relevância. Por outro lado, estes dois países podem ser vistos como uma “antítese”, ou seja, com posições e estratégias diferentes sobre a realidade social que pretendemos estudar. Esta situação, ao mesmo tempo, que torna mais interessante a nossa análise, permite contrapor diferentes cenários.

---

<sup>9</sup> Ora “quanto mais se restringe o campo, melhor se trabalha e com maior segurança” Humberto Eco *cit. in* Cardoso, 2012: 28).

Assim, sendo, ao observar e descrever a realidade no seu próprio quadro natural, sem a distorcer ou controlar (Moreira, 2007: 50), o método qualitativo possibilitar-nos-á provar ou não as hipóteses formuladas durante o processo de investigação.

Será, de igual modo, uma ferramenta de bastante utilidade já que a nossa investigação consistirá numa análise prospetiva, isto é, observaremos a evolução de um fenómeno, aqui a Primavera Árabe no Egito e na Síria, e a partir dos dados disponíveis e de um exame aprofundado sobre as forças em presença, formularemos hipóteses sobre a evolução dos acontecimentos, no sentido de delinear os cenários mais prováveis ou previsíveis (Dogdan e Dyklen, 1994).

Pelas características referidas o método qualitativo distingue-se do método quantitativo. O método quantitativo visa sobretudo encontrar relações entre as variáveis. Tenta dar respostas às questões previamente estabelecidas e testar hipóteses, para esse efeito, elege a precisão matemática e os modelos estatísticos de codificação numérica (Moreira, 2007: 50-51).

Tendo em conta os propósitos do estudo enunciados, num primeiro momento, contextualizaremos o conflito o israelo-palestiniano, situação que nos leva à necessidade de perceber como o fundamentalismo quer judaico, quer islâmico se relaciona com a problemática.

De seguida, definimos o ambiente e os aspetos gerais que caracterizam a Primavera Árabe, o que nos possibilita inserir os processos revolucionários no Egito e na Síria. Relativamente a este assunto, importa salientar o nosso objetivo de aplicar às revoltas no Egito e na Síria o “Modelo Teórico de Evolução da Crise” desenvolvido no livro coordenado por António de Sousa Lara – “Caos Urbano”, e onde dedicamos um capítulo exclusivo à análise deste modelo. A metodologia proposta por este modelo permitirá a comparabilidade dos resultados.

Finalmente, através da evolução das revoltas no Egito e na Síria, consideraremos várias hipóteses que devidamente fundamentadas nos permitem estabelecer relações e projetar cenários.

No que concerne às técnicas de obtenção de dados, iremos privilegiar a análise documental. De acordo com Carlos Diogo Moreira (2007: 153), a investigação documental é:

*“O material informativo sobre um determinado fenómeno que existe com independência da ação do investigador. Os documentos assim concebidos, podem ser dos tipos mais diversos: livros e estatísticas, cartas, artigos de jornais e revistas, autobiografias, atos de instituições, atos parlamentares,*

*regulamentos, contractos, etc. Normalmente trata-se de documentos escritos mas incluem-se também nesta categoria os testemunhos e recordações dos indivíduos sobre o seu passado”.*

Na análise documental encontramos fontes primárias que são constituídas pelos elementos de observação, entrevista ou inquéritos obtidos intencionalmente pelo investigador de forma a criar uma hipótese de trabalho; e fontes secundárias, que englobam os documentos escritos, institucionais, de carácter público (jornais, documentos políticos) e os documentos pessoais de carácter privado (autobiografias, diários, cartas, testemunhos, etc.), recursos audiovisuais (filmes, etc.) materiais eletrónicos (idem: 154).

A nossa pesquisa baseia-se, assim, na consulta bibliográfica de diferentes autores, testemunhos, documentários, artigos, material disponibilizado na internet, entrevistas recolhidas nos meios de comunicação social, notícias, fotografias, atos institucionais, estatísticas. Utilizaremos, portanto, material já publicado e material que ainda não recebeu tratamento analítico, mas que adquire especial importância pela atualidade do tema que se pretende investigar e consequente dificuldade em encontrar material bibliográfico.

O recurso a várias fontes tem bastantes vantagens, uma vez, que ao procurar diferente informação sobre o mesmo objeto de conhecimento podemos contrastar a informação recolhida, e se porventura a informação recolhida coincide, a evidência adquire uma força acrescida. Neste sentido, a informação é mais profunda e diversificada, os resultados de estudo adquirem maior grau de validade, a teoria fica reforçada, e torna-se mais fácil a comparabilidade dos resultados (idem: 61).

Deste modo, os dois primeiros capítulos da nossa investigação são baseados, essencialmente, na recolha bibliográfica de diferentes autores sobre os respetivos temas em análise. Já os temas relativos à Primavera Árabe e às revoluções no Egito e na Síria, além de envolverem vários estudos em livros publicados recentemente, incluem também artigos, documentários, material em formato digital, atos institucionais, estatísticas de diferentes organizações, notícias, fotografias, e entrevistas obtidas nos órgãos de comunicação social.

Por último, contrastaremos a diferente informação obtida anteriormente com o objetivo de encontrar congruências que nos proporcionem visualizar os cenários mais prováveis, que poderão ter consequências e repercussões sobre o conflito israelo-palestiniano.

## **ESTADO DA ARTE**

No que concerne à bibliografia disponível sobre este tema, depois de uma longa pesquisa na biblioteca do ISCSP, em várias livrarias como a Fnac e a Bertarnd, e em livrarias online, encontramos sobre o conflito israelo-palestiniano um conjunto bastante extenso de literatura. Já sobre a Primavera Árabe e, especialmente, sobre as revoltas no Egito e na Síria existe, ainda, pouca bibliografia publicada, e as análises sobre o tema são de caráter muito geral. Relativamente à questão do fundamentalismo, não podemos ignorar o legado que o ISCSP nos proporciona, vários são os Professores do Instituto que analisam esta problemática, constituindo importantes fontes para quaisquer estudos que versem este assunto.

Posto isto, sintetizaremos, de seguida o material que consideramos de maior relevância sobre cada uma das temáticas que constitui a nossa investigação.

### **Conflito israelo-palestiniano:**

- Cambridge Middle East Studies. (2001). *The war for Palestine: rewriting the history of 1948*. Cambridge: Cambridge University.
- Chouraqui, André. (1971). *O Estado de Israel*. Lisboa: Arcácia.
- Gresh, Alain. (2001). *Israel, Palestina, verdades sobre um conflito*. Porto: Campo das Letras.
- Nathaniel, Harris. (1999). *Israel and the Arab nations in conflict*. Austin: Raintree Steck-Vaughn.
- Pappé, Ilan. (1999). *The Israel/Palestine question*. London: Routledge.
- Sachar, M. Howard. (2000). *A history of Israel from the rise of Zionism to our time*. New York: Alfred A. Knopf.
- Shahak, Israel. (1997). *Jewish history, Jewish religion: the weight of three thousand Years*. London: Pluto Press.
- Usher, Graham. (1999). *Dispatches From Palestine: The Rise and Fall of the Oslo Peace Process*. London: Pluto Press.

### **Primavera Árabe:**

- Amin, Samir. (2012). *The people's Spring the future of the arab revolution*. Pambazuka Press.
- Aswany, Alaa Al. (2011). *O Estado do Egito, o que tornou a revolução possível*. Lisboa: Quetzal Editores.

- Bradley, John R. *After da Arab Spring: how the islamists hijacked the Middle East revolts*. Palgrave Macmillan.
- Coelho, Alexandra Lucas. (2011). *Tahrir, os dias da revolução*. Lisboa: tinta-da-china.
- Gelvin, James L. (2012). *The arab uprisings: what everyone needs to know*. Oxford University Press.
- Guidère, Mathieu. (2012). *O choque das revoluções árabes. Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão*. Lisboa: Edições 70.
- Mahmoud, Mohsen S. (2012). *Arab Spring In Egypt, Revolution Or Chaos*. Publishamerica.
- Manhire, Toby. (2012). *Arab Spring: rebellions, revolution and a new world order*. Guardian Books.
- Naba, René. (2011). *Les revolutions arabes*. Bachari.
- Rogeiro, Nuno. (2011). *Na rua árabe, causas e consequências das revoltas no Médio Oriente*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Salingue, Julien. (2011). *Retour sur les revolutions arabes*. Editions du Cygne.
- Wieland, Carsten. (2012). *Syria – a decade of lost chances: repression and revolution from Damascus Spring to Arab Spring*. Cune Press, Us.

#### **Fundamentalismo:**

- Almeida, Eugénio Costa. (2003). *Fundamentalismo islâmico: a ideologia e o Estado*. Azeitão: Autonomia 27.
- Costa, Helder Santos. (2000). *Shiismo iraniano, uma abordagem histórico-sociológica*. Lisboa: ISCSP.
- Costa, Helder Santos. (2001). *Revivalismo islâmico*. Lisboa: ISCSP.
- Costa, Helder Santos. (2003). *O Martírio no Islão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Estudos Islâmicos.
- Costa, Helder Santos. (2007). *Fundamentalismos contemporâneos, sebenta da cadeira de “Fundamentalismos Contemporâneos”*. Lisboa: AEISCSP.
- Davidson, Lawrence. (2003). *Islamic fundamentalism, an introduction*. Westport: Greenwood Press.
- Lara, António de Sousa. (2011). *Ciência política, estudo da ordem e da subversão*. Lisboa: ISCSP.
- Silva, Teresa de Almeida. (2010). *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*. Lisboa: ISCSP.

- Silva, Teresa de Almeida. (2011). *Islão e fundamentalismo islâmico, das origens ao século XXI*. Lisboa: Pactor.

## 1. O CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO

*“Se os palestinos fossem negros, Israel seria atualmente um Estado pária, sujeito às sanções económicas dos Estados Unidos. A sua expansão e os seus colonatos na Cisjordânia seriam considerados como um sistema do apartheid, no qual a população indígena é obrigada a viver numa pequena parte do país, em “bantustões” autogeridos com os brancos a monopolizar a distribuição de água e eletricidade. Tal como a população negra foi forçada a viver nas “townships” escandalosamente mal equipadas da África do Sul, também a discriminação flagrante em matéria de habitação e de educação imposta pelo Estado de Israel aos árabes israelitas seria considerada escandalosa”.*

The Observer (Editorial) *cit. in* Costa, 2003, p.175

A proclamação do Estado de Israel, em 1948, acentua o antagonismo entre árabes e judeus que, a partir de então, se envolvem numa série de confrontos, constituindo um dos conflitos mais antigos da história, que resiste incólume a cada tentativa de pacificação.

Para que possamos compreender a génese deste conflito, não basta estudar apenas os momentos de maior tensão entre árabes e judeus. É necessário, também, olhar para as várias fases que caracterizaram o desenvolvimento da Palestina, em especial o período em que esteve sob domínio britânico.

De modo sintetizado, podemos referir que a influência otomana começa a diminuir gradualmente na sequência do fim da Guerra da Crimeia (1853-1856). Os países europeus começam a ver este território como um importante entreposto comercial que lhes facultava o acesso aos mercados do Líbano, Síria e Egipto. Surgem novas oportunidades proporcionadas pela progressiva integração da Palestina na economia mundial o que motiva a chegada dos primeiros estrangeiros (Pappe, 2007: 59-71).

Estes recém-chegados tinham origens, ideologias e objetivos diversos, mas todos tinham em comum o facto de serem colonizadores e se considerarem os agentes modernizadores que possibilitariam a instrução de uma Palestina primitiva. Para estes, a população local era encarada como algo a ser explorado para seu próprio proveito ou como um obstáculo que deveria ser removido. De entre todos estes movimentos, o sionismo era o fenómeno europeu de maior relevância e que maior desprezo mostrava pelos locais (*idem*).

A Primeira Guerra Mundial constituiu um ponto de viragem, foi o efetivar da soberania europeia no Médio Oriente e da desintegração do Império Otomano.

É neste contexto que a Grã-Bretanha ocupa a Palestina (1917), região estratégica de suma importância que desempenhava a função de zona-tampão para a proteção do Canal do Suez (idem: 96).

Em 1922, a SDN atribui um mandato sobre a Palestina aos britânicos confiando-lhe o objetivo de favorecer o desenvolvimento de um lar judaico<sup>10</sup> sem prejuízo dos direitos da população árabe. Contudo, esta tarefa revelou-se difícil de concretizar, a administração inglesa ao procurar sobretudo preservar os seus interesses imperiais, não consegue controlar a hostilidade crescente entre judeus e árabes (Boniface, 2005: 126).

Ao longo do mandato, os sionistas adquirem maior poder, detêm setores importantes da economia, política e da sociedade e demonstram cada vez mais o seu sonho de criar a *Terra de Israel* onde os árabes não tivessem lugar. Com tal propósito, houve um incentivo à imigração de judeus e obtenção de terras. Já no que concerne à liderança palestina podemos dizer que se encontrava desorganizada quanto aos seus objetivos e quanto à sua posição relativamente aos processos em curso.

Esta situação favoreceu a ocorrência de uma série de tumultos e manifestações, como a greve geral de 1936, que exigia o fim da imigração e da compra de terras por judeus, e conduziu a uma mudança política britânica. Se, até 1936, o seu objetivo seria a proteção e desenvolvimento da colónia judaica, a partir daqui, começa a proteger a população árabe do afluxo maciço de imigrantes judeus. Este esforço foi, no entanto, inútil e a imigração ilegal de judeus continuou a crescer, bem como a construção de colonatos (idem).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, agudizam-se as dificuldades dos britânicos na manutenção da sua influência na região. De um lado problemas internos como a profunda crise económica, de outro, a pressão externa em prol da descolonização e o fervilhar das pretensões nacionalistas na Palestina foram alguns dos fatores que aceleraram a retirada inglesa (Pappe, 2007: 156-157).

É, assim, que em fevereiro de 1947, a Grã-Bretanha entrega a questão da Palestina à ONU. Para a elaboração do plano de transição da Palestina pós-mandato a ONU nomeia um Comité Especial das Nações Unidas<sup>11</sup> (UNSCOP).

---

<sup>10</sup> Atitude anteriormente já expressa pelos britânicos com a Declaração Balfour. Quando, a 2 de novembro de 1917, o Lord Balfour, secretário britânico dos Negócios Estrangeiros, envia uma carta a Lord Rothschild do Comité Político da Organização Sionista, anunciando que o "governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento, na Palestina, de um território nacional para o povo judeu" (Cardoso, 2012: 21).

<sup>11</sup> Composto por 11 membros: Austrália, Canadá, Guatemala, Índia, Irão, Holanda, Peru, Suécia, Checoslováquia, Uruguai, Jugoslávia (Silva, 1998, p. 36).



Quando o referido Comité chega à Palestina, encontra um programa elaborado pelos sionistas, enquanto o lado palestino e árabe não apresenta qualquer alternativa coerente. Para estes últimos a partilha da Palestina era algo inaceitável, seria como que dividir o território entre os colonos europeus e a população indígena. Esta postura palestina impediu a tomada de uma decisão consensual sobre a partilha, e contribuiu para que os sionistas conseguissem fazer valer a sua proposta.

Em novembro de 1947 o UNSCOP apresenta as suas recomendações à AGNU. No relatório exposto advogam a partilha da Palestina em dois Estados, com uma união económica. Ao Estado judeu pertenceria a maior parte da zona costeira, a Galileia ocidental e o Negev, o restante território constituiria o Estado palestino e Jerusalém ficaria sob administração internacional (idem: 162).

Logo no dia seguinte à aprovação<sup>12</sup> deste plano, iniciam-se os primeiros confrontos, o que criou dúvidas na comunidade internacional se este plano seria o mais adequado e executável. Todavia, era tarde para voltar atrás.

Israel expulsa a população local das zonas atribuídas ao Estado judeu, destruindo e ocupando aldeias<sup>13</sup> (Jackson et al., 2010: 70-73). Dos cerca de 850 000 palestinos que viviam nos territórios designados pela ONU como Estado judeu, apenas 160 000 permaneceram nas suas casas e terras, transformando-se na minoria palestina em Israel. Outros foram expulsos para a Cisjordânia, Faixa de Gaza, e vizinhos Líbano, Síria, Jordânia<sup>14</sup> (Pappe, 2007: 179; Costa, 2003: 176).

Os países árabes, como referido anteriormente, recusam o plano de partilha e não atribuem legitimidade ao Estado judeu o que se traduziu na ofensiva levada a cabo pelo Egipto, Iraque, Síria e Jordânia em 1948. Os confrontos terminam em 1949 com a esmagadora vitória de Israel, que alarga as suas fronteiras muito além do que estava previsto no plano de partilha. Apesar da derrota a facção árabe continua, à exceção da Jordânia, a recusar veemente o plano de partilha e o reconhecimento de Israel (Saraiva, 2007: 264-265).

No ano de 1964, é criada a Organização para a Libertação da Palestina<sup>15</sup> (OLP) e, sob este pretexto, Israel ataca em 1967 (*Guerra dos Seis Dias*) o Egipto, a Síria e a Jordânia,

---

<sup>12</sup> Resolução 181 da AGNU.

<sup>13</sup> Ao contrário dos primeiros sionistas chegados à Palestina no fim do século XIX que adquirem as terras através da compra nas décadas que se seguiram à criação de Israel é executada uma política de expropriação das terras aos palestinos (Reuveny, 2003: 353).

<sup>14</sup> Cerca de setecentos e cinquenta mil palestinos tornam-se refugiados. Muitos motivados pelo desespero, pobreza e ódio são recrutados para as atividades de guerrilha, tendência promovida pelos membros palestinos da Irmandade Muçulmana e que se integrou no reaparecimento do movimento nacional palestino.

<sup>15</sup> "Representou a resistência palestina organizada contra Israel, tendo inicialmente envolvido não só a maior parte das organizações armadas existentes, mas também os refugiados palestinos e os palestinos que viviam nos territórios ocupados por Israel" (Deus, 1999: 270-271).

ocupando os territórios do Sinai, Gaza, Cisjordânia, Montes Golan e Jerusalém Oriental (Costa, 2003: 177:178).

As tropas egípcias e sírias (1973) tentam reconquistar os territórios ocupados, no episódio que ficou conhecido como a guerra *Yom Kippur*, mas não alcançam os objetivos esperados. Ao invés dá-se lugar a uma mudança profunda que condicionará todo o conflito israelo-palestiniano doravante – os acordos separados entre o Egito e Israel<sup>16</sup>.

A luta palestina vai a partir deste momento restringir-se à Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental, conquistados por Israel em 1967, os territórios são considerados pela comunidade internacional como ocupados, correspondendo a 22% do território histórico da Palestina, enquanto o plano de partilha lhe atribuía 45%.

Os governos israelitas têm, desde 1967, incentivado a fixação de colonos nestes territórios (Reuveny, 2003: 359), tornando estes espaços muito favoráveis ao estabelecimento e manutenção da população. Por outro lado, os territórios materializam o sonho da Grande Israel e vão ao encontro da tradição sionista pela sua ideia de retorno. O apoio governamental é, também, justificado com a estratégia – *territory for peace* – ou seja, utilização do território enquanto “moeda de troca” em negociações diplomáticas (Rubin, 2006: 120).

Segundo resolução do CSNU os colonatos israelitas estabelecidos em 1967 por meio da força são ilegais:

*“The policy and practices of Israel in establishing settlements in the Palestinian and other Arab territories occupied since 1967 have no legal validity”.*<sup>17</sup>

A reprovação das Nações Unidas não conduziu a mudanças nas políticas dos sucessivos Governos israelitas, pelo contrário, assistiu-se a um aumento dos colonatos e dos colonos israelitas<sup>18</sup> (Reuveny, 2003: 349).

De facto, há uma clara aposta em dominar o território palestino, mantendo a sua descontinuidade e controlando os seus recursos. Deste modo, podem-se gerar fragmentações e heterogeneidades vantajosas para o Estado israelita (Dias, 2005: 229).

Para finalizar devemos, ainda, salientar a tentativa de pacificação promovida com os Acordos de Oslo.

---

<sup>16</sup> Nos Acordos Camp David de 1978 o Egito recupera o território do Sinai, mas não se obtêm um consenso quanto à questão palestina. Pela primeira vez a frente árabe aparece publicamente dividida. Ao abandonar a luta, o Egito o mais poderoso dos países árabes deixa o caminho livre para Israel que em 1982 invade o Líbano.

<sup>17</sup> Resolução 446 do CSNU de 22 de março de 1979, ver anexo I.

<sup>18</sup> Até 2007, Israel estabelece oficialmente cerca de 120 colonatos na Cisjordânia, reconhecidos pelo Governo, aos quais se juntam 12 na área de Jerusalém e mais umas largas dezenas que não têm reconhecimento oficial mas que existem *de facto* (Martins, 2008: 2). Ver anexo II.

Sob impulso norte-americano, as conversações iniciadas em Madrid (1991) permitiram, pela primeira vez, encontrarem-se na mesa das negociações todas as partes em conflito. O acordo que daí resulta é assinado em Washington a 13 de dezembro de 1993 entre Yasser Arafat líder da OLP, e o Primeiro-ministro israelita Itzhak Rabin. De entre as disposições mais importantes podemos referir o estabelecimento do princípio de estatuto provisório de autonomia e a transferência progressiva do poder para uma Autoridade Palestiniana eleita. Para além disto, dever-se-ia chegar a um entendimento até 1999 sobre o estatuto da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém, bem como dos refugiados palestinianos e dos colonatos judeus (Boniface, 2005: 129). Todavia, as negociações não tiveram os efeitos desejados. O extremismo islâmico e judaico levou ao fracasso do espírito de Oslo.

Em 1995, são encetadas novas negociações (Oslo II) que previam a evacuação das principais localidades da Cisjordânia e a eleição de um Conselho Palestino de Autonomia, mas, mais uma vez, o ressurgimento da violência<sup>19</sup> bloqueou as negociações e degradou substancialmente as relações israelo-árabes (idem, ibidem).

---

<sup>19</sup> Assassínio de Rabin por um fundamentalista judaico e vaga de atentados perpetuada pelo grupo islâmico do Hamas.

## **2. FUNDAMENTALISMO**

### **2.1. Origem**

A palavra “fundamentalismo” aparece, pela primeira vez, nos Estados Unidos em 1910 (Lara, 2011: 563) num conjunto de artigos doutrinários redigidos por cristãos protestantes de tradição anglo-saxónica (Silva, 2010: 237; Lustick, 1988).

Tais publicações tinham como objetivo consagrar o património sagrado insuscetível de negociação, e foram compiladas numa coletânea que ficou com a designação de *Fundamentals*, passando os seus apoiantes a serem conhecidos por *Fundamentalists* (Lara, 2011: 563).

De acordo com Fernando de Sousa (*apud* Silva, 2010: 237-238) estes textos surgiram como reação ao declínio moral e espiritual que se alastrava no seio do protestantismo, tendo como objetivo a restauração da fé histórica com base em cinco fundamentos: a inspiração e infalibilidade das Escrituras, a divindade de Cristo, a reparação dos pecados, a ressurreição e a segunda vinda de Cristo.

Teresa de Almeida e Silva (*idem*: 238) diz, ainda, que para além do vocábulo se referir a um grupo religioso ou movimento étnico extremista com motivações bem definidas, significa, também, a manutenção e defesa dos preceitos religiosos tradicionais e ortodoxos, e sua aceitação como verdades imprescindíveis para a formação de uma consciência.

Em suma, embora o fundamentalismo tenha nascido no seio do protestantismo cristão, rapidamente se propagou a outras religiões, tornando-se um fenómeno associado ao radicalismo religioso (*idem*).

### **2.2. Fundamentalismo Judaico**

No seio da religião judaica é possível encontrar ideias e práticas que se enquadram numa lógica do fundamentalismo.

Neste sentido podemos salientar o próprio alicerce da nação hebraica, em que só se é judeu quem nasce de mãe judia (Lara, 2011: 567). Aqui, está subjacente a matriz objetiva da nação judaica, de onde a legitimidade de ser judeu resulta do sangue – “*jus sanguinis*”.

Outro fator resulta da predestinação da nação judaica como o “Povo Eleito” por Deus para continuar de acordo com os textos bíblicos o seu projeto na terra (*idem*).

Não obstante, uma terceira componente decorre da promessa que terá sido feita por Javé a Abraão de ser concedido ao seu povo a terra de Israel, onde hoje se encontra o Estado com o mesmo nome (*idem*).

Todos estes aspetos favoreceram o desenvolvimento, entre os judeus, de um crescente complexo de superioridade e de coesão interna, fortalecido pela impossibilidade de estranhos se tornarem judeus e pelo acentuar das suas características próprias, em oposição aos *outsiders*. Este sentimento de união foi continuamente aprofundado devido às injustiças de que os judeus foram vítimas ao longo da história (*idem*).

É, neste contexto, que se irá desenvolver o movimento sionista no século XIX, que tinha como objetivo a criação de laços entre as diferentes comunidades judaicas espalhadas por todo o mundo, de forma a incentivar o retorno dos judeus à Terra Prometida (Boniface, 2005: 126).

Foi, assim, criada, em 1897, a Organização Sionista Mundial<sup>20</sup>, tendo como principal impulsionador Theodore Herzl. No XXVII Congresso (1986) da referida organização foram estabelecidos um conjunto de objetivos prioritários que iam desde a centralidade de Israel na vida judaica, apoio à imigração de judeus para Israel, defesa dos direitos cívicos dos judeus no mundo, até ao reforço da identidade dos judeus a nível histórico, cultural e religioso (*idem*).

Estes objetivos foram precursores de uma política *pan-semita* mundial, que embora tenha partido de uma base religiosa, rapidamente adquiriu um cariz político (Lara, 2011: 567).

A criação de Israel e as sucessivas ofensivas entre árabes e judeus impulsionaram, ainda mais, o sentimento fundamentalista (sionista) judaico.

Os territórios conquistados na *Guerra dos Seis Dias* geraram a ideia segundo a qual a guerra havia, pela primeira vez, reunido na modernidade a Terra de Israel, o Povo de Israel e a Torah. Logo, a guerra havia proporcionado as condições para a chegada do Messias, cabendo aos judeus a tarefa de lutar pela incorporação definitiva dos territórios bíblicos no Estado de Israel (Segev, 2006: 146).

Como defensores acérrimos destas ideias temos alguns grupos fundamentalistas judaicos como o *Gush Emunim*<sup>21</sup> (Bloco dos Fiéis), fundado em 1974, e que se dedicou à colonização ilegal da Cisjordânia com o objetivo de promover a sua anexação ao Estado de Israel (Lustick, 1988).

---

<sup>20</sup> Promotora de um Fundo de Colonização, de um Banco Sionista, de uma Agência Judaica e de um Fundo Nacional Judeu para a compra de terras na Palestina.

<sup>21</sup> Movimento nacional religioso que contava com o apoio das forças seculares de direita em Israel.

Esta organização radical com inspiração no sionismo defende a concretização do projeto “*Greater Land of Israel*”, desrespeitando os direitos e interesses dos árabes. Tem, também, lutado para impor a religião aos setores seculares, como forma de domínio sobre o Estado e a Sociedade (idem).

No governo de Begin, o grupo consegue instalar dezenas de colonatos na Cisjordânia e criar importantes coligações com os colonos israelitas laicos. A partir daí, começa a exercer uma influência crescente na esfera política, constituindo *lobbies* extremamente poderosos em setores de relevo da sociedade israelita (idem).

Aquando da realização dos Acordos de Oslo, em 1993, o descontentamento dos setores mais extremistas é tanto que, a 4 de novembro de 1995, Yitzhak Rabin é assassinado por um militante do partido *Eyal*. Este justifica a sua atitude argumentando que, ao assinar os acordos, Rabin estaria a impedir a continuação do processo de redenção messiânica.

De facto, o fundamentalismo judaico não é menos violento que o islâmico, a sua principal diferença reside em não estar tão bem organizado do ponto de vista militar.

Por outro lado, os atos radicais contra palestinianos são relativamente esporádicos devido à firmeza com que o governo israelita defende os seus interesses na Cisjordânia. Em momentos em que se sentiram desamparados pelo Estado, estes grupos praticaram atos de violência indiscriminada contra palestinianos (Gorenberg *apud* Segev, 2006: 147; Rubin, 2006: 120; Reuveny, 2003: 366).

No contexto do conflito israelo-palestiniano, grupos como o Gush Emunim representam um sério obstáculo a um entendimento com os palestinianos. Para um acordo de paz definitivo é, essencial, a retirada israelita da Cisjordânia, o que significa abrir mão do projeto revisionista da “Grande Israel” defendido por estes grupos.

Impera, ainda, salientar as opiniões de alguns autores, como os casos de Israel Shahak e Sami Michael, autores israelitas, críticos vigorosos da política israelita sobre os palestinianos.

Shahak, no seu livro “História Judaica e Religião Judaica” (1997), defende que Israel não é nem nunca foi uma verdadeira democracia, devido à aplicação de uma ideologia judaica que discrimina todos os não-judeus e os judeus que se lhe opõem.

A adoção desta ideologia reflete-se das mais variadas formas, e tem implicações tanto ao nível da política interna, como externa.

Na política interna traduz-se, por exemplo, na impossibilidade de participarem nas eleições para o *Knesset* (Parlamento) partidos que se oponham ou sugeriram alterações ao princípio de Estado judaico (idem).

Já na política externa, o incremento do caráter judaico de Israel manifesta-se através do seu poder nuclear e procura de expansão territorial.

No que concerne à expansão territorial, os sucessivos governos israelitas têm apoiado o desenvolvimento de um conjunto de estudos sobre as fronteiras bíblicas de Israel. De acordo com algumas dessas versões, as fronteiras bíblicas de Israel incluiriam: a Sul todo o Sinai e uma parte do Egito setentrional até aos arredores do Cairo; a Este a Jordânia, Kuwait, e parte da Arábia Saudita e do Iraque; no Norte o Líbano e a Síria, juntamente com parte da Turquia; e a Oeste o Chipre (idem: 24-25).

Estas ideias motivadas ideologicamente, nomeadamente, a insaciável procura de território e a inevitável série de guerras resultantes desse objetivo são, para Shahak, os principais perigos que Israel coloca à sua população e aos seus vizinhos enquanto Estado judaico (idem: 23).

Na mesma linha de pensamento, Sami Michael (2012: 78) salienta o racismo e as constantes atitudes discriminatórias transversais a toda a sociedade israelita.

O autor sustenta o seu argumento, recordando a chegada dos primeiros judeus à Palestina do Mandato, oriundos da Europa Oriental, conhecidos pela expressão *“judeus do gueto”*.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a proclamação do Estado de Israel, havia a expectativa que os judeus, vítimas do Holocausto, chegariam massivamente à recente pátria judaica. Porém, não foi o sucedido, e Israel assiste à imigração, muitos na condição de refugiados, dos judeus provenientes dos países árabes, visto ter-se tornado insustentável a sua permanência nesses países, devido à rivalidade entre árabes e judeus (idem: 78-79)

O contacto entre estes judeus foi traumático e repleto de suspeitas. Aos olhos dos judeus do gueto, os judeus árabes não eram muito diferentes do inimigo árabe, já que falavam a mesma língua, tinham costumes idênticos e até colocavam nomes árabes aos seus filhos. Eram, então, primitivos e inferiores (idem, ibidem).

Estas diferenças traduziram-se na forma de racismo e diferenciação em termos de estatuto. Nos serviços públicos e instituições académicas e culturais, por exemplo, é flagrante a sub-representação dos judeus árabes. A cultura em Israel não é menos conflituosa do que as tendências extremistas islâmicas, uma vez, que se incentiva desde criança até à idade adulta o ódio, desconfiança e aversão ao estrangeiro e a tudo o que é diferente, especialmente os árabes (idem: 80).

A estrita ligação entre as fações religiosas e os partidos políticos é outro dos aspetos enfatizados pelo autor, e que, segundo ele, tem contribuído para a destruição das normas de vida democrática (idem: 82).

Michael alerta-nos, por fim, para a crise do judaísmo e de Israel se os dirigentes políticos não entenderem que o país se situa numa das regiões mais turbulentas do mundo – o Médio Oriente, e se não se encontrar uma solução além das armas, Israel corre o risco de converter-se num fenómeno passageiro como o Primeiro e Segundo Templo (idem).

### **2.3. Fundamentalismo Islâmico**

De facto, a palavra fundamentalismo nunca tinha sido, tantas vezes, utilizada como após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

O atentado terrorista perpetrado pela Al-qaeda tem um impacto de tal ordem, que a comunidade internacional passa a associar, quase que de forma exclusiva, o fundamentalismo ao mundo islâmico, levando para o arquivo histórico, fenómenos fundamentalistas com outras origens.

Teresa de Almeida e Silva (2011: 127) opõe-se a esta ideia, e argumenta ser errado *“pensar-se que uma pequena parte dos muçulmanos que defendem uma visão mais radical da religião representam todos os muçulmanos”*.

De acordo com alguma literatura (Silva, 2011: 63-66; Bruce, 2008: 46-65; Lara, 2011: 570-571), o surgimento do fundamentalismo islâmico está intimamente ligado com o insucesso dos modelos políticos e económicos que o Ocidente tentou implementar nas sociedades muçulmanas. É uma reação contra todos os modelos que os países árabes haviam experimentado – capitalista, marxista, e terceiro-mundista<sup>22</sup>.

A secularização e ocidentalização não geraram a tão prometida prosperidade, democracia, distribuição equitativa da riqueza e respeito pelos direitos humanos, ao invés, favoreceram o estabelecimento de regimes ditatoriais e opressivos, onde a riqueza se concentrou nas mãos de um conjunto restrito de pessoas (Silva, 2010: 240).

Algumas outras causas que favoreceram o aparecimento do fundamentalismo islâmico foram (Coggiola; Lara; e Pinto *apud* Silva, 2011: 64):

- *A crise de identidade do mundo árabe.*
- *Rejeição do laicismo e reformismo.*
- *Reação etnocêntrica e xenófoba contra tudo o que não é árabe.*

---

<sup>22</sup> Perante o falhanço do modelo terceiro-mundista começa a ser defendido, por muitos, o regresso às origens do islamismo e fundamentos da fé (Silva, 2011: 63).



- *Divisão do Império Otomano em Estados independentes despertou nacionalismos e ideologias transnacionais<sup>23</sup> que perspetivavam a criação de uma identidade árabe, num Estado Árabe único que agregaria todos os povos com a mesma tradição, cultura e língua.*
- *Sentimento de humilhação pela submissão do mundo árabe às grandes potências.*
- *Aversão ao colonialismo, neocolonialismo e socialismo marxista.*
- *Corrupção.*
- *Êxodo rural e urbanização desmesurada provocam uma grave crise económica e social<sup>24</sup>, que funcionou como um importante meio de recrutamento de membros para as atividades fundamentalistas islâmicas.*

Este cenário foi suscetível ao desenvolvimento dos movimentos fundamentalistas islâmicos que conseguem persuadir e obter o apoio das populações, especialmente das camadas mais jovens e de poucos recursos.

Para estes, a decadência política e moral dos países muçulmanos permitiu a ingerência do Ocidente e contaminou os valores da sociedade muçulmana, desencadeando o período da *jahiliyya* (ignorância). O mundo muçulmano deve, então, ser reislamizado através da reintrodução da *shari'a* (lei islâmica) e da purificação do Islão das influências políticas e culturais do Ocidente<sup>25</sup> (Silva, 2010: 244).

Reislamizar a sociedade implica repolitizar o Islão, ou seja, ter como exemplo a vida do Profeta Maomé enquanto governador, juiz e chefe de estado na cidade de Santa de Medina (idem).

O fundamentalismo islâmico é, portanto, muito mais que uma visão extremista da religião, é um verdadeiro modelo político que se aplica a toda a vida em sociedade. Por outro lado, foi e continua a ser o meio disponível por muitos na luta pela defesa de melhores condições de vida.

Assim, sendo, as características que mais se destacam do fundamentalismo islâmico são o totalitarismo (abrange e regula todos os aspetos da vida em social pública e privada); a aplicação literal dos preceitos da *shari'a*; a coercividade e a repressão (Lara *apud* Silva, 2011: 62-63).

---

<sup>23</sup> Exemplo do pan-arabismo de Nasser que se projetou internacionalmente através do Movimento dos não-Alinhados, e que aspirava a ser uma alternativa ao capitalismo e ao comunismo (Silva, 2011: 64).

<sup>24</sup> Aumento da pobreza no meio urbano e rutura das infraestruturas e serviços urbanos (idem: 65).

<sup>25</sup> Os valores tradicionais e culturais muçulmanos funcionam como mecanismo de defesa contra a ameaça externa que representa o Ocidente.

Não obstante o fundamentalismo islâmico ser um fenómeno relativamente recente, podemos encontrar na história do islamismo vários acontecimentos e personalidades que se encaixam na perspectiva fundamentalista.

Os primeiros fundamentalistas islâmicos comumente mencionados foram os *khârijitas* que se revoltaram contra Ali<sup>26</sup>, por este ter submetido o seu poder divino ao poder temporal do Califa Omíada de Damasco – Muawiya. A partir deste momento, tornaram-se inimigos de Ali e defensores do Alcorão e dos ensinamentos do Profeta Maomé, constituindo uma força de oposição nas dinastias que se seguiram a Ali (Silva, 2010: 245-246).

Foram os primeiros a defender os princípios religiosos e ortodoxos do islamismo e a aceitá-los como verdades fundamentais e imprescindíveis para a formação da sua perceção de vida e religião. Os que não partilhassem da mesma opinião eram heréticos e apóstatas, sendo necessário empreender ações violentas contra os mesmos (idem).

Ahmad ibn Hanbal (séc. IX), fundador da Escola Hanbalita, vai, também, defender o regresso à pureza ancestral que se vivia no tempo do Profeta, acolhendo como fontes do direito apenas os ensinamentos do Alcorão e da Sunna<sup>27</sup> e ignorando tudo o que havia sido introduzido na religião pelos sucessores do Profeta. Para Hanbal, o Alcorão simboliza a veracidade de Allah, é uma obra eterna que se tem de aceitar tal como está escrita, logo não deve ser sujeita a qualquer tipo de interpretação (Silva, 2011: 74-75).

Sob influência de Hanbal, Ibn Taymiyya (séc. XIII), defenderá a unicidade divina (só se deve adorar um Deus – Allah) e o regresso à pureza vivida nos tempos do Profeta, tendo como suporte os ensinamentos do Alcorão e dos Hadiths<sup>28</sup>. É contra todos os tipos de progresso e de inovação que diz serem estrangeiros e um desvio à essência original do Islão, e considera que a religião e o poder político não se podem separar, visto a religião só poder ser praticada como o auxílio do poder do estado.

O pensamento de Taymiyya não obteve grande impacto na sociedade muçulmana do seu tempo, só alguns séculos mais tarde é que se difundirá através de Muhammad ibn Abd al-Wahhab, que assimilará as doutrinas de Hanbal e de Ibn Taymiyya (idem: 82-85).

Daí resultou o movimento wahhabita (séc. XVIII) que, ainda hoje, prevalece na Arábia Saudita, e que advoga a total submissão à vontade de Deus e o regresso aos ensinamentos originais do Islão tal como constam no Alcorão e na Sunna, negando todos os tipos de politeísmo e inovação (idem: 94). O Wahhabismo transformou-se numa verdadeira ideologia

---

<sup>26</sup> O quarto Rashiddun e o I Iman.

<sup>27</sup> É o caminho do Profeta Maomé, que deve ser seguido pelos crentes que em conjunto constituem a *Umma* (Lara, 2011: 569).

<sup>28</sup> Refere-se ao que foi dito pelo Profeta Maomé e que está contido na Sunna (Silva, 2011: 25).

política sunita que instrumentalizou a fé islâmica de modo a alcançar os seus objetivos (Silva, 2010: 246; 2011: 98).

Todos estes autores fazem parte do que podemos chamar os primórdios do fundamentalismo islâmico, contudo, é no século XX, com a criação de várias organizações fundamentalistas e o surgimento na vida pública de carismáticos líderes islâmicos que o fundamentalismo islâmico se desenvolve verdadeiramente.

Neste prisma, podemos salientar a Irmandade Muçulmana, criada no Egito, em 1928, por Hassan al-Banna, é uma das organizações fundamentalistas mais populares e agressivas, que chegou mesmo a conceber um programa ideológico que levaria à islamização do Egito (idem: 247).

Para a Irmandade a solução para os problemas contemporâneos encontra-se na aplicação dos textos sagrados e no estabelecimento de Estados islâmicos, que num futuro se unam representando a *Umma*. A influência da Irmandade faz-se sentir para além das fronteiras egípcias, e tornou-se num importante instrumento de expressão do pensamento político sunita no Médio Oriente e no Norte e Nordeste do continente africano (idem).

À semelhança da Irmandade Muçulmana foi criada, no Irão, a Fadayan-i Islam, pelas mãos Navab Safavi. No entanto, Muhammad Reza Shah Pahlavi ordenou a execução de todos os seus membros em 1956, e a organização só reaparecerá na sequência da Revolução Islâmica de 1979, sob a liderança do Ayatollah Khalkhali (idem: 254).

O Paquistão não foi exceção, e, em 1941, Sayyid Abu Ala Mawdudi cria a Jama'at-i-Islami (Partido Islâmico). Mawdudi desenvolveu o seu próprio conceito de ideologia islâmica e de Estado islâmico, com vista a superar as ideologias ocidentais – capitalismo e socialismo (idem: 255-256).

Na realidade as teorizações de al-Banna e Mawdudi adquirem especial pertinência, se tivermos em conta para além do papel desempenhado por ambos nos seus países, o impacto que as suas conceções têm em diversos grupos fundamentalistas islâmicos da atualidade, e a importância que as suas organizações têm ao nível do recrutamento e formação dos seus membros (idem: 257-258)

Em modo de síntese, os princípios fundamentais que sustentam a ideologia de al-Banna e Mawdudi são (Esposito *apud* Silva, 2010: 258):

- *O Islão é uma ideologia universal na vida pessoal e corporativa, para o Estado e sociedade.*

- *O Alcorão, a Revelação de Allah, e o exemplo do Profeta Maomé são os alicerces da vida muçulmana.*
- *A lei islâmica (shari'a) baseada no Alcorão e na Sunna é o exemplo sagrado para a vida islâmica.*
- *A implementação da lei de Allah originará poder, riqueza e sucesso à Umma nesta vida, e será uma recompensa eterna na próxima vida.*
- *A fraqueza e a subserviência das sociedades muçulmanas devem ser entendidas no contexto da infidelidade dos muçulmanos que se desviaram do caminho de Allah, e seguiram ideologias seculares e materialistas do Ocidente e Oriente – capitalismo e marxismo.*
- *A restauração do orgulho, do poder e do governo muçulmano exige o retorno ao islão e reimplantação da lei de Allah na condução do Estado e da sociedade.*
- *A ciência e a tecnologia devem ser harmonizadas e aplicadas sob orientação islâmica, para prevenir a ocidentalização e a secularização da sociedade muçulmana.*

No ano de 1979, no Irão, um partido fundamentalista consegue pela primeira vez, no séc. XX, aceder ao poder e pôr em prática todos estes conceitos que serviriam de base para a implementação de um Estado islâmico. Ayattollah Khomeini, importante líder na Revolução Islâmica iraniana, lutou contra o imperialismo e o secularismo, e defendeu a criação de instituições políticas subordinadas à lei do Islão, bem como, o estabelecimento de um Estado islâmico em que os líderes religiosos participariam no governo da comunidade islâmica assumindo as funções legislativas, executivas e judiciais (Silva, 2011: 112-115; Bruce, 2008: 46-57).

Mais recentemente, em 2006, na Palestina (Cisjordânia e Faixa de Gaza), o partido Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) alcança a vitória nas eleições legislativas. Os Estados Unidos e Israel mostram-se intransigentes quanto ao reconhecimento do Hamas enquanto representante legítimo do povo palestino, o que tem dificultado as negociações e constituído um entrave a um acordo de paz. Para estes, o Hamas é um grupo fundamentalista e terrorista (Silva, 2011: 119-124) e os países “responsáveis” da comunidade internacional não negociam com terroristas.

Ora, esta é apenas uma das situações que tem contribuído para a intensificação do sentimento antiocidental e anti-israelita tanto dos palestinos como do mundo islâmico em geral.

Por outro lado, a política norte-americana no Médio Oriente<sup>29</sup> tem fomentado o crescimento do extremismo religioso que tem como alvo o Ocidente, em particular os Estados Unidos e Israel. Já no Ocidente, o recrudescimento do ativismo religioso islâmico e os ataques terroristas de algumas organizações fundamentalistas, provocaram a criação de uma imagem hostil do Islão e os muçulmanos passaram a ser vistos como fanáticos, fundamentalistas e terroristas.

Em suma, a obsessão do Ocidente relativamente ao que o Presidente Norte-americano George W. Bush chamou “a luta contra o terrorismo”, bem com as sucessivas políticas falhadas no Médio Oriente e os *lobbies* políticos, económicos e militares que impedem a resolução de um conjunto de problemas prementes nos países árabes, continuarão a ser fatores estimuladores para as atividades dos grupos fundamentalistas e extremistas islâmicos. É fulcral olhar para estes países de modo diferente, perceber os seus particularismos culturais e deixar que eles próprios edifiquem os seus modelos de desenvolvimento.

---

<sup>29</sup> Exemplo: apoio a regimes conservadores e hostis às forças de renovação política (Pinto *apud* Silva, 2011: 123).

## 3. A PRIMAVERA ÁRABE

### 3.1. Contextualização

Os acontecimentos que, em 2011, deflagraram no mundo árabe e muçulmano apanharam desprevenida a comunidade internacional. Embora, alguns autores como Graham Fuller alertassem para o potencial insurgente dentro do Islão<sup>30</sup>, nada fazia prever a possibilidade de uma revolta árabe.

A “*Primavera Árabe*”<sup>31</sup>, nome pelo qual ficou conhecido o processo revolucionário nos variados territórios árabes, teve início na Tunísia com a “*Revolução Jasmim*”, quando um jovem tunisino<sup>32</sup>, desesperado, se imolou com fogo, a 17 de dezembro de 2010. Este gesto despertou as consciências populares, que deixaram o “muro do medo” cair e arrastam multidões para as ruas a desafiar o regime, até, aqui, considerado um dos mais sólidos da região. As manifestações culminaram com a fuga do Presidente Zine el Abidine Ben Ali, a 17 de janeiro de 2011, após 23 anos de ditadura (Guidère, 2012: 25).

É neste contexto que os ventos da revolução tunisina se propagam a outros países – Argélia, Jordânia, Mauritânia, Omã, Iémen, Arábia Saudita, Líbano, Egito, Líbia, Síria, Palestina, Marrocos, Iraque, Bahrein, Sudão, Koweit, Somália e Irão –, desencadeando um turbilhão de manifestações e protestos contra o autoritarismo, repressão, falta de liberdades civis, pobreza, desemprego (idem).

De facto, ano de 2011 ficará marcado como o ano das revoltas árabes, e, também, como o ano de muitas incertezas quanto ao desenrolar da História (idem: 29) Desde logo, as revoltas foram associadas à vontade das populações de caminhar no sentido da democracia, contudo, muitos locais permanecem demasiado distantes desse objetivo. O extenso período de ditadura criou estruturas e instituições moldadas e vocacionadas para o regime, sendo um verdadeiro desafio a reestruturação de todo este sistema num conjunto de instituições democráticas.

Não obstante, foi também surpreendente ver a ausência de motivos antiocidentais e anti-israelitas nas revoltas, bem como, a reação dos regimes às contestações, em que os

---

<sup>30</sup> Fuller (*apud* Rogeiro: 2011: 20-21) refere três elementos que poderiam reavivar a violência no mundo muçulmano: existência de movimentos de contestação a poderes despóticos; questões pós-coloniais mal resolvidas; e luta pela libertação nacional ou resistência a ocupantes estrangeiros.

<sup>31</sup> Designação utilizada pela comunicação social para caracterizar as revoltas árabes, tendo como referência a “Primavera dos Povos” ou o “maio de 68”, em que as populações saíram à rua em defesa dos seus direitos e liberdades.

<sup>32</sup> Muhammad Bouazizi torna-se o símbolo de uma nova geração de jovens com estudos superiores que não têm quaisquer oportunidades no seu país, apenas o desemprego e pobreza (Silva, 2011:151).

regimes ditos pró-ocidentais conseguiram lidar melhor com as revoltas do que sistemas antiocidentais.

### **3.2. Causas das Revoltas Árabes**

Quando abordamos o tema das Revoltas Árabes surgem-nos de imediato um conjunto de questões relativamente às causas que estiveram na origem das revoltas. De acordo com Nuno Rogeiro (2011: 127), podemos dividir as causas das revoltas em três categorias – causas diretas, causas indiretas, e aceleradores das revoltas, isto é, circunstâncias que tornaram as revoltas mais propícias e rápidas.

A terminologia utilizada por este autor parece-nos bastante adequada, uma vez, que a natureza das causas é de tal forma variada que não nos permite incluir no mesmo cabaz todos os elementos que interagiram para concretização das revoltas.

Desta forma, seguindo a linha de pensamento defendida por Rogeiro (idem: 128-198), passaremos a descrever as causas que influenciaram os levantamentos populares no mundo árabe.

#### **3.2.1. Causas diretas:**

- *Degradação política: corrupção, nepotismo, peculato, enriquecimento ilícito, tráfico de influências, compra de votos, falsificação de contractos e outros documentos, evasão fiscal, desvio de fundos públicos. A denúncia de práticas corruptas tem sido denunciada não só nos meios laicos, mas, também, nos grupos religiosos que frisam a incompatibilidade destes atos com os princípios do Islão.*
- *Internacionalização das economias árabes não gerou melhores condições de vida nas populações, pelo contrário, favoreceu a degradação do pequeno comércio e desencadeou o aumento do desemprego. Somando a isto, temos a estagnação económica derivada de fatores como a hiperdependência dos produtos petrolíferos e das suas flutuações; a crise económica e financeira global; economia paralela em benefício das camadas dirigentes; subida dos preços dos bens de primeira necessidade.*
- *Subdesenvolvimento, pobreza e injustiça: má distribuição da riqueza; monopolização dos orçamentos públicos para projetos sem repercussões no desenvolvimento; desemprego colossal que levou à emigração e ao êxodo rural de muitos dos desempregados para as grandes cidades, o que teve como consequência a*

*deterioração da agricultura e o aumento da marginalidade urbana; ineficiente gestão das empresas públicas.*

- *Envelhecimento dos regimes dominantes: mesmos atores e ideais; hiperburocracia; lentidão das decisões; excessos de zelo, força e repressão; e ilusão de imortalidade dos regimes.*
- *Distanciamento dos jovens em relação às instituições dominantes (desemprego, dificuldade de progressão profissional, discriminação, repressão, censura, empobrecimento, exclusão).*
- *Práticas repressivas do Estado e das entidades locais (centros de detenção e tortura; censura; vigilância; exércitos de reserva feitos de antigos militares, polícias, e cadastrados); limitação da vida política em nome da exceção, da emergência, do perigo interno e externo (partidos únicos).*
- *Religião: embora muitos dos grupos insurretos tenham denunciado a traição religiosa dos governos, nenhuma das revoltas teve origem na religião. No entanto, há que frisar a penetração nos grupos revoltados de movimentos fundamentalistas islamitas.*

### **3.2.2. Causas Indiretas:**

- *Expiração dos prazos de validade das promessas de reforma e mudança. Com novos nomes muitos regimes continuaram a ser velhas autocracias mudando um pouco para que tudo continuasse na mesma.*
- *Memória das atrocidades passadas: muitos dos manifestantes são descendentes de famílias ou comunidades dizimadas no passado (exemplo: refugiados sírios no Líbano, descendentes das vítimas da destruição da cidade de Hama em 1982, onde morreram quarenta mil pessoas como símbolo do esmagamento da revolta sunita pelo regime de Hafez Assad).*
- *Tendência das sociedades árabes no sentido de maior aceitação de práticas e valores seculares ou de regresso a modelos mais influenciados pela shari'a; envelhecimento ou rejuvenescimento de países ou regiões; maior predominância de homens ou de mulheres em setores profissionais, culturais e políticos; maior aculturação das populações.*
- *Recrudescimento de doutrinas como o pan-arabismo, socialismo árabe, salafismo, resistência anti-imperialista, que pregam a destruição dos regimes que renegaram o Islão.*



- *Problemas que subsistem do tempo da colonização e descolonização (questões fronteiriças e territoriais, acesso ao obstáculo a recursos naturais, desequilíbrio entre sunitas e xiitas, favorecimento de etnias em detrimento de outras) que podem ameaçar os equilíbrios estratégicos na região e justificar várias formas de intervenção estrangeira, de vizinhos próximos ou distantes.*

### **3.2.3. Aceleradores das Revoltas:**

- *Papel da internet: a utilização da internet, em concreto, das redes sociais como o Facebook foram instrumentos que desempenharam especial importância no atual ciclo revolucionário. Através da internet foi possível denunciar a repressão; pôr em contacto realidades semelhantes; publicitar as suas dificuldades; marcar hora e data para os protestos; promover foros de discussão. Os bloqueios de internet por muitos dos regimes não foram suficientes para travar as revoltas.*
- *Mediatização: a cobertura mediática das revoltas tornou os insurretos mais conhecidos, conferindo-lhes maior poder, e limitou os meios de resposta dos governos, que não desejaram ser arrastados para o banco dos réus do Tribunal Penal Internacional. Na Síria, o poder político cedo percebeu o perigo que representava a entrada de jornalistas no país, o que o levou a fechar as fronteiras, alegando a necessidade de travar problemas como o tráfico de armas.*
- *Papel dos emigrantes, retornados e exilados políticos: remessas de fundos, investimentos na economia dos seus países de origem, novos ideais e ideias.*
- *Ascensão de lideranças: subida de uma elite alternativa, na sua maioria composta por jovens com formação superior e de movimentos antes ilegalizados (exemplo: Irmandade Muçulmana).*
- *Comportamento do poder: a repressão que se verificou no sentido de controlar as manifestações não surtiu qualquer efeito de impedimento da revolta, pelo contrário, avivou, ainda, mais a fúria dos revoltosos.*
- *Posição das forças armadas: no Egito as forças armadas não agiram violentamente contra as massas, limitando-se a desempenhar o controlo da ordem pública. Já na Síria, a estrita ligação entre as forças armadas e o partido dominante permitiu o reforço de medidas repressivas e violentas com o intuito de esmagar os revoltados.*
- *Fatores externos: o apoio internacional aos movimentos em revolta não foi decisivo, exceto no caso Líbia e do Bahrein. Por outro lado, não podemos esquecer o facto*

*das decisões do Conselho de Segurança da ONU se encontrarem bloqueadas pelos votos dos seus membros permanentes – Rússia e China. Ambos mostram-se preocupados com uma possível propagação das revoltas às suas áreas de influência (Cáucaso; Xinjiang e Tibete), pelo que, a continuação do statu quo nos países árabes lhes é favorável. De qualquer das formas, a imposição de sanções pela comunidade internacional poderá produzir efeitos continuados, como o progressivo isolamento dos regimes. Não obstante, devemos, ainda, salientar a criação por muitos dos regimes de um “bode expiatório” que seria o responsável pelas revoltas em curso, na Síria foi Israel, na Líbia a Al-qaeda.*

- *Processos simbólicos: imolação pelo fogo de jovens frustrados, aparecimento das mulheres reclamando os seus direitos.*

### **3.3. Consequências da Primavera Árabe**

É, efetivamente, muito difícil teorizar sobre um processo revolucionário que não está concluído. O que advirá do *Novo Mundo Árabe* permanece, ainda, uma incógnita e tem vindo a ser uma fonte de constante preocupação para o Ocidente.

Vários são os autores que se debruçam sobre esta questão, construindo uma série de cenários possíveis para o desfecho das revoltas. A nossa investigação privilegia as consequências da Primavera Árabe no Egito e na Síria relativamente ao conflito israelo-palestiniano, todavia, a expansão e a dimensão das revoltas tornam inevitável uma análise geral pelas consequências no Médio Oriente.

Com efeito, algumas das consequências imediatas que podemos mencionar são (Silva, 2011: 148-158; Guiderè, 2012: 193-202; Rogeiro, 2011: 227-296; Lope, 2011: 22-30):

- *As elevadas perdas humanas (cerca de 17 mil mortos) e materiais (devastação de cidades, do aparelho produtivo).*
- *A difícil reconstrução económica: pode significar uma alteração das regras económicas, como a subida brutal dos preços, escassez de bens essenciais. Coloca-se, aqui, também, o problema de que modelo económico seguir, se mais aberto e liberal ou uma economia planificada.*
- *A queda do crescimento médio dos países árabes (1% segundo estimativas do Banco Mundial), o que se traduz em graves dificuldades económicas e aumento do desemprego, situação bem visível no Egito em que a quebra na principal atividade económica do país – turismo, está a ter consequências nefastas na economia.*

- *A revolução de mentalidades (as sociedades árabes estão agora muito mais cientes dos seus direitos).*
- *A Parceria Deauville, mecanismo de ajuda à reconstrução promovida pelos países do G8, prometendo 20 mil milhões de euros de ajuda inicial, condicionada por reformas tidas como urgentes.*
- *Algumas flutuações ao nível da subida dos preços petróleo, embora, não muito significativas, mas que são uma fonte de preocupação para o Ocidente. A região do Médio Oriente abastece a maior parte do comércio mundial, a instabilidade na região faz os preços dos produtos petrolíferos subir o que, por sua vez, leva ao aumento dos preços dos combustíveis, alimentos, e gigantescas dificuldades económicas mundiais.*
- *Reforma democrática: implica a reconstrução de regimes com novas bases e a realização de eleições livres e justas. Contudo, este processo está numa fase, ainda, muito inicial, o extenso período de ditadura não permitirá que de um dia para o outro sejam introduzidos os alicerces democráticos nestes países.*
- *Novas constituições: aqui surgem-nos vários problemas, designadamente, saber quem tem legitimidade para elaborar as constituições e realizar as eleições; que modelo se deverá seguir; e qual o lugar para a lei islâmica.*
- *A criação de falsas transições entre os insurretos e os regimes contestados, tal como, o sucedido na Síria, onde não houve uma real passagem do poder.*
- *Ascensão de novos atores, como a Irmandade Muçulmana no Egito, marginalizada pelo regime de Mubarak.*

A par destas consequências mais expectáveis, temos um extenso leque de hipóteses que não podem ser ignoradas.

- *Novos equilíbrios e desequilíbrios regionais derivados de questões relacionadas com o acesso a recursos, querelas fronteiriças, novas alianças, disputa de hegemonia regional.*
- *Ascensão de novos atores totalitários, ainda, mais repressivos que os anteriores regimes.*
- *Instauração de governos teocráticos com inspiração no fundamentalismo islâmico à semelhança da República Islâmica do Irão.*

- *Expansão das revoltas árabes ao Cáucaso e Ásia Central devido ao peso das comunidades muçulmanas existentes na região.*
- *Consequências na segurança e estabilidade europeia: possíveis vagas de refugiados; efeitos nas populações muçulmanas que residem nos países europeus; instabilidade; terrorismo.*
- *Problemática do nuclear: proximidade com uma potência nuclear (Paquistão), com um país que aspira a ser (Irão) e um inimigo comum árabe (Israel) que possui armas nucleares.*

## 4. A REVOLUÇÃO EGÍPCIA

### 4.1. Enquadramento histórico

De modo geral, referimos, anteriormente, os fatores que contribuíram para a concretização das revoltas árabes, e as possíveis consequências deste processo revolucionário. Centremo-nos, agora, nas revoltas que, no Egito, levaram à renúncia do Presidente Mohamed Hosni Mubarak, colocando fim a trinta anos de ditadura.

Com tal propósito, consideramos fundamental a análise do contexto histórico do país, em especial, o período que se seguiu à queda do Rei Faruk I, e que proporcionou os ingredientes essenciais para as manifestações que assistimos na emblemática Praça da Liberdade – *Tahrir*.

Neste sentido, podemos dizer que o Egito conquista a sua independência relativamente aos britânicos, em 1922. Até 1952, foi governado por uma monarquia subordinada aos interesses da antiga potência colonial. A corrupção e as graves dificuldades económicas da população marcaram todo este período, contribuindo para o desprestígio da monarquia. Somado a estes problemas, a derrota frente a Israel, em 1949, provoca uma crise no exército que aumenta, ainda mais, o descontentamento face ao regime (Delmonte, 2011; Hassan, 2011).

É, neste contexto, que será criado o *Movimento dos Oficiais Livres* (1949), organização que tinha como objetivo o derrube da monarquia e a instauração de um novo regime. Na linha da frente do movimento estavam personalidades como Gamal Abdel Nasser, Mohamed Naguib e Anwar Sadat (Delmonte, 2011:164-166).

Em 1952, através de um golpe de Estado organizado por este movimento o Rei Faruk I é deposto, estabelecendo-se a República Árabe do Egito<sup>33</sup>, sob a presidência do General Mohamed Naguib.

O curto governo de Naguib (1953-1954) foi caracterizado pelas divergências que o opõem a Nasser. Para Naguib, o país deveria dar os passos no sentido de um governo civil democrático, com a criação de uma assembleia constituinte e o restabelecimento das liberdades civis. O exército exerceria funções durante o período transitório, devendo depois retirar-se (*idem*).

Em oposição a estas ideias, Nasser e outros membros da Revolução de 1952 defendiam o reforço do nacionalismo árabe de orientação socialista e populista e a unidade pan-árabe.

---

<sup>33</sup> 18 de julho de 1953.

Estas discordâncias provocam o afastamento de Naguib do governo e o seu exílio durante 18 anos<sup>34</sup>.

Nasser assume o poder em 1956. A Constituição de 16 de janeiro desse mesmo ano acaba com o período transitório, iniciando-se uma das fases de maior importância na história política egípcia – o “nasserismo”, o qual estabelece um regime revolucionário de caráter presidencialista com amplos poderes para o chefe de Estado, juntamente com o partido único – a União Nacional (idem).

Relativamente ao seu período no poder, devemos assinalar o processo de autonomia face aos britânicos, a aceleração da industrialização nacional, a reforma agrária, as hostilidades com Israel, a nacionalização do canal do Suez<sup>35</sup>, a aproximação à URSS, a criação da República Árabe Unida<sup>36</sup> expressão do pan-arabismo (1958-1961), a Conferência de Bandung (1955) e o Movimento dos Não-Alinhados. Embora, a liderança e o nacionalismo de Nasser passem a ser questionados no seguimento da derrota frente a Israel na “*Guerra dos Seis Dias*”, não podemos descurar o papel deste líder na história do Egito e na inspiração a muitos outros movimentos, como o que teve lugar na Líbia com Kadhafi (idem:167).

O coronel Anwar Sadat (1970-1981) sucede a Nasser, constituindo esta uma rutura ao nasserismo, traduzida através da aplicação de uma série de medidas que transformaram o Egito, tais como: a política de portas abertas – *Intifah*<sup>37</sup>; fim da aliança com a URSS e progressiva aproximação aos EUA<sup>38</sup>; os acordos de Camp David e o Tratado de Paz com Israel; e a repressão sobre os grupos muçulmanos que levarão ao seu assassinio em 1981<sup>39</sup> (idem:167-168).

A 6 de outubro de 1981, Hosni Mubarak assume os destinos do país, sendo eleito sucessivamente através do Partido Nacional Democrático nas eleições de 1987, 1993, 1999 e 2005 (idem:168).

---

<sup>34</sup> Volta ao país em 1972 com Sadat.

<sup>35</sup> Medida que não agradou os franceses e britânicos (importância da passagem marítima do Suez) e que levou à intervenção militar inglesa, desencadeando a *Crise do Suez* e a invasão e ocupação por tropas israelitas da Península do Sinai (Joseph Nye *apud* Cardoso, 2012:44).

<sup>36</sup> Egito, Síria, Sudão, Líbano e Iraque fundam a RAU, movimento político de união dos países de língua e cultura árabe.

<sup>37</sup> 1974, política económica liberal.

<sup>38</sup> Desde os acordos de Camp David (1979) e do tratado de paz assinado com Israel, o Egito recebe um importante apoio financeiro e militar norte-americano. Até 2011, o país foi o segundo maior beneficiário mundial da ajuda americana, com mais de três mil milhões de dólares por ano (Sharp, 2012: 19).

<sup>39</sup> A 6 de outubro de 1981 um membro da *Al-Jihâd Al-Islâm – Jihad Islâmica*, grupo criado por dissidentes da Irmandade Muçulmana.

Mubarak prosseguiu as políticas de Sadat, fortalecendo as relações com Israel<sup>40</sup> e os EUA. Participou na Guerra do Golfo (1991), para a expulsão das tropas iraquianas do Kuwait, e nas tentativas de paz israelo-palestínianas, o que lhe proporcionou o apoio internacional indispensável para que se mantivesse no poder (idem:169).

A nível interno, o regime caracterizou-se pelo despotismo, nepotismo, corrupção, repressão, violação dos direitos humanos, pobreza, desemprego. Mais adiante, desenvolveremos com maior detalhe este ponto.

Em suma, tal como salienta Mathieu Guidère (2012:85) e Arturo Ponce (*in* Delmonte, 2011:162-163) o exército tem sido incontornável na história contemporânea egípcia. Desde a Revolução de 1952, o Egito só teve presidentes vindos das forças armadas.

## **4.2. O Egito nas vésperas da Revolução**

Como já tivemos oportunidade de salientar, o apoio internacional dos EUA, Israel e de alguns países europeus permitiu que Mubarak controlasse e monopolizasse o poder no Egito, através de eleições fraudulentas, durante cerca de 30 anos.

Em parte, isto deve-se à posição geoestratégica<sup>41</sup> que o Egito representa na cena internacional (Deus, 1999:33) O canal do Suez é vital para as rotas comerciais que asseguram o transporte de recursos energéticos como o petróleo, sendo a estabilidade na região essencial para as potências mundiais e para os dois vizinhos – Israel e Arábia Saudita.

*“Para Israel, importa que o Egito se mantenha estável, já que este é o seu maior vizinho árabe e tem ocupado o papel de mediador no conflito israelo-palestíniano. A instabilidade egípcia representa para Israel insegurança para si próprio e um impasse no conflito que o opõe à Palestina. Para a Arábia Saudita, um Egito sem revoltas e estável é menos um incentivo para manifestações populares contra outros regimes autocráticos”* (Silva, 2011, p. 152).

Tem, também, um papel crucial na questão palestíniana, e, é o maior influente do Magreb, fatores que explicam a ajuda financeira dos EUA, Israel e Europa.

---

<sup>40</sup> Esforços no sentido de convencer ou forçar os palestínianos a fazer tudo o que Israel pedia, como o encerramento da travessia na fronteira de Rafah; bloqueio aos palestínianos como forma de punição do Hamas; e acordos económicos ao nível do gás, petróleo e cimento (Aswany, 2011: 18).

<sup>41</sup> Ver anexo III.

Por outro lado, o fundamentalismo islâmico e o terrorismo “jihadista” serviram para assustar os países ocidentais e levá-los a concordar com o regime autocrático de Mubarak<sup>42</sup> (Aswany, 2011:26).

A respeito da situação interna do país, destaca-se a corrupção, a pobreza e a degradação dos serviços públicos.

*“O nível de corrupção nos círculos governamentais não tinha precedentes na história do Egito. Um pequeno grupo de homens de negócios, a maior parte deles amigos de Gamal Mubarak, detinha o controlo total da economia egípcia e geria-a de acordo com os seus próprios interesses. Quarenta milhões de egípcios, metade da população, viviam abaixo do limiar da pobreza, com menos de 2 dólares por dia. O Egito estava em declínio em todas as frentes, desde a saúde e a educação à economia e à política externa” (Aswany, 2011, p.7).*

Juntamente a isto, o aumento do desemprego e dos preços dos bens de primeira necessidade, bem como, a crise económica e financeira de 2007 intensificam, ainda mais, as dificuldades da população.

As políticas de ajustamento estrutural aplicadas no decénio de 90, na sequência do pedido de ajuda externa ao BM e ao FMI, e a consequente imposição de novas condições de funcionamento do mercado levaram à erosão do pacto social de Nasser. As políticas de privatizações e fusão de empresas agravaram as vidas das populações e a estabilidade no emprego (Delmonte, 2011:122-140). Esta situação contribuiu, alguns anos mais tarde<sup>43</sup>, para a ocorrência de algumas greves e manifestações contra as medidas neoliberais. Com trabalhadores a exigir melhores condições laborais e aumento dos salários em consonância com a subida dos preços, e o povo, em geral, a exigir a saída de Mubarak.

Não obstante, o aparelho policial e a forte repressão possibilitavam o controlo sobre a população e os opositores ao regime. A imposição lei marcial ou Estado de exceção, ao mesmo tempo, que limitava as liberdades civis permitia ao Presidente e às entidades policiais governar com poderes absolutos, mantendo pessoas presas durante meses sem a formalização de uma acusação.

Para além disto, Mubarak pretendia que o seu filho Gamal Mubarak o sucedesse na presidência do Egito, o que se traduziu numa intensa campanha de angariação de apoios junto dos países ocidentais. A nível interno esta tarefa revelou-se bem mais difícil. O argumento de que Gamal seria o primeiro Presidente civil egípcio desde a Revolução de 1952, não foi suficiente para atrair o apoio da população (Aswany, 2011:24). Também a elite

---

<sup>42</sup> A máquina propagandística de Mubarak afirmava que num cenário de eleições livres a Irmandade Muçulmana obterá a vitória.

<sup>43</sup> 2004, 2006, 2007 e 2008.



militar egípcia se oponha à ideia da sucessão, o que originou um conflito de interesses entre as forças armadas e o regime.

### **4.3. A Revolução de 25 de janeiro de 2011**

Como referimos anteriormente, todas as condições estavam criadas para que eclodisse uma revolta no Egito. Contudo, será a “Revolução Jasmim” na Tunísia que despertará as consciências populares, e levará os egípcios a acreditar na possibilidade de mudança.

As redes sociais permitiram pôr em contacto estas duas realidades bem semelhantes. As tecnologias de informação passam a ser utilizadas como instrumento de mobilização. Com o auxílio do Facebook são convocadas manifestações contra Hosni Mubarak, num movimento popular independente dos partidos políticos, que nem a suspensão da internet pelo regime consegue controlar.

Durante 18 dias<sup>44</sup>, na Praça Tahrir, a população egípcia manifestou-se, exigindo a saída de Mubarak e o fim de tudo o que o seu regime representava – corrupção, repressão, falta de liberdades civis. Para além do Cairo, as manifestações ocorrem em outras cidades do país como Alexandria, Suez e Ismaíia.

O regime responde a estes protestos com extrema brutalidade. Primeiro, a polícia recebeu ordens para atirar gás lacrimogéneo e balas de borracha, quando isso se revelou ineficaz, atiradores furtivos dispararam sobre os manifestantes, as prisões foram abertas e milhares de criminosos libertados e armados, com o objetivo de atacar as casas e atear incêndios, levando os egípcios a desistir dos protestos (Aswany, 2011; Sharp, 2012).

A par das atrocidades do regime, os manifestantes tornam-se cada vez mais violentos, pequenos grupos pilham alguns locais do país (Lara, 2012:77).

A 29 de janeiro, Mubarak dissolveu o governo e nomeou Omar Suleiman, ex-chefe da Direção Geral de Intelligence egípcia, como seu vice-presidente, numa tentativa de redimir a dissidência, e pede a Ahmad Shafik, ministro da aviação e ex-chefe da Força Aérea, que forme um novo governo. Todavia, tudo isto foi inútil, o regime estava desacreditado e a população não abdica dos seus direitos.

No dia 11 de fevereiro, depois da perda de apoio norte-americano, Suleiman comunicou a resignação do Presidente Mubarak<sup>45</sup> (idem).

---

<sup>44</sup> De 25 de janeiro a 11 de fevereiro de 2011.

<sup>45</sup> Julgado por ter cometido vários crimes contra os manifestantes (Lara, 2012:78).

As manifestações de 25 de janeiro de 2011 tiveram uma combinação extraordinária de atores. Em Tahrir, viram-se jovens com formação superior e egípcios de todas as idades, sexos, e origens (muçulmanos, coptas) lutarem incessantemente pela democracia (Aswany, 2011:10). Também, o exército se junta aos apelos populares, recusando-se intervir.

Os partidos políticos da oposição não tiveram, inicialmente, grande relevância. Foram os movimentos civis como o Movimento 6 de abril<sup>46</sup> e a Associação para a Mudança, criada por Mohamed ElBaredei, que conduziram os protestos (Lara, 2012:77)

Não obstante, surgem importantes líderes civis como Mohamed ElBaredei<sup>47</sup> e Amr Moussa ex-Secretário da Liga Árabe.

Neste processo revolucionário registam-se 685 mortos e 5000 feridos (idem:78).

#### **4.4. Transição e Novo Governo**

O Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) assumiu o poder após a demissão de Mubarak, ficando incumbido da tarefa de liderar o país durante o período de transição, ou seja, até à realização de eleições. Mohammed Hussein Tantawi Soliman assumiu o cargo de Presidente, a 11 de fevereiro de 2011 (Sharp, 2012):

Entretanto, foi aprovada uma lei a criminalizar os protestos que levaram à saída de Mubarak. Alguns ativistas foram presos e torturados e as mulheres afastadas das emendas à nova constituição. Foi realizado um referendo (19 de março) sobre as emendas à Constituição egípcia, dando a vitória ao “sim”, com 77% das intenções de voto. Tanto o Partido Nacional Democrático de Mubarak como a Irmandade Muçulmanas foram favoráveis a esse “sim”. Mohamed ElBaredei e Amr Moussa consideraram absurda a ideia de emendas numa constituição que por si era má (Lara, 2012).

Com vista à formação do novo governo foram marcadas as eleições legislativas, num processo que se estendeu de novembro de 2011 a janeiro de 2012. A Irmandade Muçulmana é a grande vencedora, obtendo 47% dos votos para a Câmara Baixa do Parlamento, através do seu Partido Liberdade e Justiça (idem).

No decorrer da campanha para as eleições presidenciais, a Assembleia do Povo foi dissolvida e o Supremo Tribunal Constitucional declarou ilegal a lei que proibia antigos dignatários do regime de concorrer às eleições (14 de junho de 2012), o que permitiu a

---

<sup>46</sup> Criado em 2008 tem cerca de 70 mil jovens como membros.

<sup>47</sup> Figura bastante importante da Frente de Salvação Nacional, que desempenhou funções de chefia na Agência de Energia Atômica e que deslegitimou o ataque dos EUA ao Iraque, ao enviar um relatório ao CSNU a dizer que não tinha sido encontrado qualquer vestígio de armas de destruição maciça no Iraque.

Ahmed Shafik, último primeiro-ministro de Mubarak, apresentar-se nas eleições, frente ao candidato da Irmandade Muçulmana Mohammed Morsi. Esta decisão viria a derrubar a declaração constitucional votada em 2011 em que o Presidente teria de ser eleito pelo Parlamento.

A indignação popular instalou-se. O CSFA passou a ser acusado de tentar acabar com as conquistas da Revolução e de quer voltar à ordem antiga.

Esta situação acabaria por beneficiar a Irmandade Muçulmana. O receio de que as Forças Armadas obtivessem novamente o poder, aumentou o apoio sobre o candidato presidencial da Irmandade – Mohammed Morsi. Por outro lado, a atitude de apoio face à Revolução e o discurso modernista<sup>48</sup> da Irmandade conferiram-lhes bastante legitimidade, o que explica a vitória alcançada nas primeiras eleições livres depois de Mubarak.

Nas eleições presidenciais, a 30 de junho de 2012, Mohammed Morsi consegue vencer com 51,7% dos votos. Uma das primeiras medidas do seu governo foi a restauração da Assembleia do Povo, parlamento eleito em 2011, que havia sido dissolvido pelo Supremo Tribunal Constitucional.

Para além disto, o Presidente anunciou o afastamento do Marechal Mohammed Hussein Tantawi (Ministro da Defesa e número um do CSFA) e de Sami Hafez Anan (Chefe do Estado-Maior do Exército), e retira os poderes legislativos que o CSFA detinha. Morsi elogia o papel desempenhado pelas Forças Armadas na Revolução, mas deixa claro que esta instituição, daqui em diante, deverá apenas servir e proteger a nação.

Todo este entusiasmo inicial se desvaneceu com a publicação de um decreto (22 de novembro) que atribuía enormes poderes ao Presidente e com a convocação de um referendo sobre um projeto de constituição (15 de dezembro) que consolidaria o islamismo como força política dominante no país.

De facto, existia uma enorme expectativa em torno das promessas pré-eleitorais, nomeadamente, com as reformas ao nível da melhoria das condições de vida, justiça social e satisfação das reivindicações da Revolução, mas que logo desaparece com o anúncio destas medidas.

---

<sup>48</sup> A Irmandade Muçulmana de hoje é bem diferente do passado. É constituída por uma geração mais jovem e adepta de um sistema de governo à ocidental, com base em eleições transparentes (década de 90 são publicados alguns manifestos a favor da democracia, das minorias e do estatuto da mulher). Com isto não se quer dizer que a questão do islamismo político desaparece da agenda da Irmandade, mas que se propõe a adoção de uma visão modernista, assente nas realizações do passado e centrada nos desafios do futuro (Guidère, 2012:88).

Milhares de pessoas saíram às ruas em protesto, mergulhando o país numa das piores crises<sup>49</sup> desde a Revolução de janeiro de 2011. A oposição e as minorias acusavam o Presidente Morsi de querer enfraquecer os direitos humanos e aplicar a lei islâmica.

Para Mostafa Ali<sup>50</sup>, jornalista e membro dos Socialistas Revolucionários do Egito, as negociações com Israel sobre o cessar-fogo em Gaza elevaram demasiado a confiança do governo, pensando que a vitória na política externa permitiria a consolidação do seu poder no país.

Com a intenção de acalmar a contestação ao recém-governo, Morsi revogou o decreto que retirava da justiça o direito de impedir a vigência de decretos presidenciais e inviabilizava o direito dos juizes de dissolver a Assembleia Constituinte, todavia, manteve a realização do referendo, o qual conferiu a vitória a um (ténue) sim.

A 25 de dezembro foi promulgada a nova Constituição. De acordo com a Comissão Nacional Eleitoral, 64% dos eleitores que participaram nas duas voltas do referendo (15 e 22 de dezembro) apoiaram a nova Constituição, embora, a taxa de participação apenas tenha rondado os 33%.

Face ao exposto, podemos dizer que o Egito se encontra atualmente numa situação bastante inquietante. De um lado a crise política, com manifestações violentas a ocorrer todos os dias, envolvendo tanto civis como a oposição política a Morsi. De outro os problemas económicos<sup>51</sup>, com quebras nas principais atividades económicas do país, como é o caso do setor turístico, e a necessidade de efetuar reformas económicas e sociais, que dependem em grande parte da prometida ajuda financeira internacional (FMI), ainda bloqueada, e que só deverá chegar com a posse do novo parlamento em março.

Charles Holmes (2013: 35) comentador na Revista Foreign Policy, considera que o Egito está mergulhado num confronto traumatizante com a modernidade. A visão ideológica de Nasser marcou as últimas seis décadas da política egípcia (nacionalismo árabe, anticolonialismo, nacionalização da economia e primado do exército) e foi o alicerce da construção do Egito moderno. Contudo, o nasserismo entrou há muito em declínio.

A queda de Mubarak arrancou a população da apatia em que se encontrava, todavia subsistem, ainda, os vestígios do Egito de Nasser, nomeadamente as estruturas fundamentais do Estado, da sociedade e da economia, que constituem os mecanismos obsoletos de um sistema que continua a querer abafar as forças da modernidade e da globalização, no intuito de preservar os privilégios de uma pequena elite.

---

<sup>49</sup> Tendo-se registado alguns mortos e feridos.

<sup>50</sup> <http://socialistworker.org/2012/12/07/new-turning-point-in-egypt>

<sup>51</sup> A agência financeira Standard & Poor's baixou a notação do país para B-.

A manutenção do sistema de segurança<sup>52</sup> de Mubarak é para Holmes a prova flagrante de que a revolução egípcia não foi levada até ao fim. A Irmandade Muçulmana parece situar-se na continuidade desse regime falhado. À semelhança do seu antecessor, o Presidente Morsi continua a manter o controlo sobre o processo político, bem como sobre a população (como aconteceu nos confrontos de dezembro de 2012, em frente ao Palácio Presidencial).

Apesar da “limpeza” que Morsi levou a cabo nas chefias militares, algumas disposições da nova Constituição, mantêm a instituição militar fora do alcance de qualquer supervisão civil. Algumas cláusulas impedem o controlo parlamentar sobre o enorme orçamento das Forças Armadas e validam o recurso a tribunais militares para julgar civis.

Logo, enquanto não houver uma reforma intensa no Egito não será possível assistir-se a uma verdadeira revolução democrática no Egito (idem).

---

<sup>52</sup> Não foram efetuadas quaisquer reformas no Ministério do Interior.

## 5. O CONFLITO NA SÍRIA

### 5.1. Nota introdutória

A República Árabe da Síria, tal como a conhecemos nos nossos dias, é o resultado do Acordo Sykes-Picot<sup>53</sup> (1916), em que britânicos e franceses dividiram entre si os territórios do antigo Império Otomano.

Em 1920, a França adquiriu um Mandato sobre a região. Durante o Mandato, o receio em torno do nacionalismo árabe da maioria sunita, levou os franceses a favorecer a minoria shiita alauita (Guidère, 2012: 169-170).

O período que se seguiu à independência, em 1946, foi marcado pela instabilidade política, consequência das guerras israelo-árabes e dos sucessivos golpes de Estado<sup>54</sup> perpetrados pelo partido nacionalista árabe Baath (“ressurreição”).

O atual regime é o resultado do último golpe de Estado, a 13 de novembro de 1970, praticado pelo Ministro da Defesa Hafez Al-Assad (idem).

Com a sua morte, o partido Baath organizou a sucessão do poder e Bashar Al-Assad, filho do anterior presidente, tornou-se presidente da Síria (2000) instaurando um sistema inédito no Médio Oriente – a República hereditária. Apesar da população síria ser chamada às urnas, o país tem sido uma democracia de fachada, em que o partido único Baath e a minoria alauita detêm o monopólio do poder (idem).

### 5.2. A diversidade étnico-religiosa

País árabe, a Síria é, no plano religioso, constituída por 80% de muçulmanos sunitas. Todavia, é a minoria muçulmana shiita dos alauitas (10% da população) que ocupa os principais centros do poder na Síria (idem: 171-172).

Os alauitas são herdeiros de tribos<sup>55</sup> da região e instalaram-se no país no século X. Para os muçulmanos sunitas, os alauitas são uma seita de heréticos que não pertencem à *Umma*. As perseguições e as tentativas de conversão ao sunismo marcaram as relações entre estes dois grupos, contudo, o apoio francês durante o Mandato permitiu a manutenção e reforço da comunidade alauita (idem).

---

<sup>53</sup> Este acordo põe fim à Síria histórica que incluía a atual Síria, Jordânia, Líbano, e Palestina. Isto tem a sua relevância pois a história do país será marcada pela questão palestina e pelas relações com o Líbano (Guidère, 2012:169).

<sup>54</sup> O primeiro destes golpes de Estado acontece em 1961 pelas mãos do general sírio Haydar Al-Kouzbari, e acabará com a RAU (idem: 169-170).

<sup>55</sup> Haddâdiyya, Matâwira, Mahâliba, Darâwisa, Numaylâtiyya, Banû Alî.

Em 1970, quando Hafez Al-Assad chega ao poder, conseguiu obter *fatwas*<sup>56</sup> de juristas sunitas e shiitas libaneses<sup>57</sup>, que reconhecem os alauitas como muçulmanos. Para além desses *fatwas*, Hafez Al-Assad realizou uniões matrimoniais com famílias sunitas com o objetivo de consolidar o poder alauita na sociedade síria (idem).

De facto, a presidência da Síria só pode ser ocupada por muçulmanos, o que explica a necessidade de legitimação no seio da *Umma*. Juntamente a isto, o apoio interno de outras minorias e externo de algumas potências ocidentais permitiram a Hafez Al-Assad manter-se no poder durante 30 anos (1970-2000).

No que diz respeito às minorias confessionais muçulmanas devemos salientar a presença dos drusos, dos ismaelitas (também shiitas) e dos yezidis.

Já as minorias étnicas mais importantes são os curdos, os drusos, os arménios e os circassianos<sup>58</sup>.

A Síria apresenta, ainda uma relevante comunidade de imigrantes, constituída por turcomanos, ossetas, turcos, franceses, gregos, ingleses e búlgaros.

Possui, também, uma pequena comunidade judaica que se concentra em Aleppo e Damasco. De facto, muitos dos membros desta comunidade, trocaram a Síria por Israel. Os Montes Golan sírios são povoados sobretudo por colonos israelitas, que se estabeleceram na Guerra dos Seis Dias com a anexação israelita.

Para além disto, as guerras israelo-árabes trouxeram para território sírio um milhão de refugiados palestinos, na maioria muçulmanos sunitas.

Por fim, existe a comunidade cristã que se distribuí por várias confissões – gregos ortodoxos, católicos de rito grego (melquitas), siríacos, maronitas, assírio-caldeus, e católicos apostólicos romanos. Os cristãos representam 5% população síria e são dos grupos mais prósperos da Síria. É uma comunidade predominantemente urbana e ocidentalizada, que ocupa um importante lugar a nível económico.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a diversidade étnica e confessional da população síria produziu e estimulou a criação de falsas ideias e desconfianças entre as diferentes comunidades, realidade que o partido Baath soube instrumentalizar de acordo com os seus próprios interesses (idem:173).

---

<sup>56</sup> Sentença religiosa pronunciada por um Mufti (clérigo muçulmano) de acordo com a lei islâmica.

<sup>57</sup> Muito contestados pela maioria sunita.

<sup>58</sup> Os circassianos são descendentes de comunidades do Cáucaso muçulmano que fugiram da Rússia para a Síria no século XIX (idem:171).

Neste sentido, os cristãos temem os muçulmanos, enquanto os muçulmanos suspeitam dos cristãos e os acusam de servir os interesses ocidentais. Sunitas e alauitas desprezam-se mutuamente, e ambos desdenham das outras minorias muçulmanas.

A nível étnico, os árabes desconfiam dos circassianos porque estes ajudaram o exército francês do Mandato. De igual modo, suspeitam dos curdos e acusam-nos de querer criar o seu próprio Estado. Os judeus são vistos como traidores e dedicados à causa judaica, e no meio de todas estas rivalidades os refugiados palestinianos tentam encontrar o seu próprio lugar, num país que com o tempo se tornou a segunda pátria.

### **5.3. A Síria no contexto regional**

Qualquer estudo que incida sobre a Síria torna imprescindível que se proceda a uma análise sobre as relações do país com os seus vizinhos, uma vez, que essas mesmas relações irão marcar toda a política do país.

Neste sentido, o Líbano é o espaço de projeção preferencial de Damasco, e, embora, a influência no Líbano tenha diminuído em 2005, depois da retirada das tropas sírias, a Síria continua a desempenhar um papel muito preponderante através do Hezbollah<sup>59</sup> (“Partido de Deus”).

Considerada pela comunidade internacional como fundamentalista e terrorista, esta organização depende das rotas de abastecimento que a Síria lhe proporciona (Perthes, 2006). Já para a Síria, o apoio ao Hezbollah, permite-lhe alcançar os seus objetivos e interesses no território libanês.

O Líbano foi criado pelas mãos dos franceses, tendo sido subtraído à Síria que viu morrer o sonho da “Grande Síria” (Saraiva, 2007: 264). Assim, o controlo sobre a realidade libanesa através do Hezbollah, para além de dar à Síria melhor acesso ao mediterrâneo com portos mais próximos de Damasco do que o de Tartus ou Latakia, permite que a Síria consiga influenciar nos assuntos internos libaneses e obter um lugar privilegiado perante um ataque de Israel (Simon e Stevenson, 2004).

No que concerne a Israel, as relações caracterizam-se pelas hostilidades mútuas. A Síria não reconhece o Estado israelita e Israel considera-a um inimigo. A anexação dos Montes Golan pelos israelitas está no centro das tensões. Este território é rico em recursos hídricos

---

<sup>59</sup> Grupo radical shiita, fiel à República Islâmica do Irão, que tem como objetivos primordiais a luta contra a presença ocidental no Médio Oriente e a defesa da causa palestiniana. As atividades do Hezbollah irão sentir-se especialmente no Líbano, depois da tentativa falhada de exportar a revolução islâmica para o Iraque (Graça, 2011: 63; Silva, 2011: 114-115).



e uma zona estratégica que Israel pode utilizar facilmente contra a Síria, numa intervenção militar (Saraiva, 2007).

A Síria recusa-se a encetar qualquer negociação com Israel enquanto esta parcela de território não lhe for devolvida. Por seu turno, Israel exige o fim do apoio ao Hamas e ao Hezbollah, bem como o distanciamento face ao Irão.

Relativamente ao Iraque, as diferenças políticas especialmente no que se refere ao sectarismo étnico levado a cabo pelo seu vizinho, têm contribuído para que o relacionamento entre os dois países varie ao longo do tempo. A Síria teme que o fluxo de refugiados iraquianos<sup>60</sup> venha a ter consequências ao nível da realidade interna síria<sup>61</sup>, motivo pelo qual lhe é favorável que o Iraque se mantenha estável (Yacoubian, 2007).

Com a Jordânia, a Síria desenvolve relações diplomáticas mas as diferenças em termos de regime criaram algum distanciamento entre os dois países.

Já com o vizinho turco, a questão curda abriu caminho a uma relação bastante tensa. No entanto, André Barrinha (2012) salienta que, na Turquia de Endorgan, tem havido uma clara tentativa de aproximação à Síria, bem como, a aposta numa política externa mais ativa sobre os problemas que afetam os seus vizinhos árabes, nomeadamente na causa palestina.

Finalmente, as ligações com o Irão podem ser vistas como o resultado do isolamento internacional imposto pela comunidade internacional à Síria e ao Irão. Para Volker Perthes (2006), esta relação é baseada em interesses de conveniência, e persistirá enquanto ambos estiverem isolados. A mesma é motivo de inquietação para a Arábia Saudita e Israel devido à expansão do radicalismo shiita.

#### **5.4. A Síria de Bashar Al-Assad**

Analisámos anteriormente dois aspetos essenciais da realidade síria – a diversidade étnica e confessional e as relações com os países da região. Seguidamente, o nosso estudo recairá na política interna do regime de Bashar Al-Assad, já que o mesmo se torna fulcral para a compreensão da conjuntura que deu origem às sublevações populares na Síria.

Neste prisma, podemos dizer que a subida ao poder de Bashar Al-Assad representou um processo de concentração do poder, dentro do partido Baath, que consistiu na eliminação de qualquer centro de poder dentro e fora do partido que pudessem ameaçar o regime. Na

---

<sup>60</sup> Especialmente a partir da intervenção norte-americana em 2003.

<sup>61</sup> Sectarismo étnico e descontentamento popular.

prática, isto significou a concentração do poder nas mãos do presidente e no seu conjunto de aliados (Delmonte, 2011: 224).

Este processo já havia sido iniciado com Hafez Al-Assad, exemplo bastante ilustrativo foi a repressão sobre o movimento da Irmandade Muçulmana Síria<sup>62</sup>. Criada na década de 30 por um grupo de jovens que regressa do Cairo, onde aí tinham sido membros da Irmandade egípcia, a Irmandade síria iniciará, no final dos anos 70, uma oposição feroz ao regime sírio, com atentados no interior e exterior do país<sup>63</sup> (Guidère, 2012: 174-175).

O regime respondeu com uma série de sangrentos massacres – Jirs Al-Shaghrou, Al-Boustan, Hama, Souk Al-Ahad, Alepo, Palmira – que, ainda hoje, atormentam as memórias da população<sup>64</sup>. Estes acontecimentos foram pouco mediatizados na imprensa internacional porque ocorreram em plena Guerra do Líbano<sup>65</sup> (idem).

A partir de então, o movimento deixou de ser uma força política na Síria, embora subsista através de algumas personalidades exiladas, como é o caso do seu líder Ali Sadreddine Al-Bayanouni (idem).

Não obstante, embora o poder estivesse cada vez mais concentrado num conjunto restrito de pessoas, ao tornar-se Presidente, Bashar Al-Assad (2000) procurou ganhar legitimidade ao passar a imagem de um líder modernizador e reformista que traria benefícios na política e na economia (Delmonte, 2011: 226).

Bashar reconheceu a necessidade de estabelecer o diálogo e debate com a sociedade, todavia, isto pouco ao nada significou em termos de abertura política, pois a repressão manteve-se, aniquilando os movimentos da sociedade civil (idem).

Na economia, sob o lema “economia social de mercado”, foram aplicadas um conjunto de medidas liberalizantes da economia<sup>66</sup>, que tinham como objetivo o desenvolvimento comercial e industrial, sem que o mesmo significasse o abandono das políticas de promoção de igualdade social do partido Baath. Contudo, o que se verificou foi o controlo económico por membros do regime e de atores ligados ao mesmo, configurando o que se denomina por “capitalismo dos amigos” (idem: 226-227).

Paralelamente, assistiu-se ao aumento da corrupção e ao surgimento de verdadeiros impérios económicos controlados por agentes afetos ao regime. A isto se soma a

---

<sup>62</sup> A lei nº. 49-1980 “considera criminoso e pune com pena capital quem for filiado na organização da Irmandade Muçulmana”.

<sup>63</sup> Atentados contra oficiais do exército, membros do partido e alauitas, e contra a embaixada síria em Paris a 24 de janeiro de 1980.

<sup>64</sup> Segundo a Amnistia Internacional só no massacre de Hama morreram cerca de 15 000 pessoas, na maioria civis.

<sup>65</sup> 1975-1990.

<sup>66</sup> Os bancos privados puderam passar a operar na Síria, as empresas estatais foram privatizadas, a economia foi aberta ao investimento externo, etc.

progressiva marginalização das áreas rurais (inclusive nas regiões de maioria alauita), e a deterioração dos serviços públicos e instituições sociais.

O aumento do custo de vida teve como efeito o aumento da pobreza, e a abertura económica traduziu-se no crescimento do desemprego, sobretudo jovem.

Por fim, a estes fatores junta-se o regime de partido único e militarizado, a pressão policial, a falta de liberdades de expressão.

## 5.5. A sublevação popular

À semelhança das revoltas populares que estavam a acontecer um pouco por todo o mundo árabe, em março de 2011, a Síria tornou-se palco das mais violentas e sangrentas manifestações<sup>67</sup> no Médio Oriente.

Apesar de se terem verificado alguns protestos em janeiro, só no final de março as manifestações ganharam um número expressivo de adesões.

Inicialmente, o regime não deu grande importância aos protestos. Em entrevista ao *Wall Street Journal*, o Presidente Bashar Al-Assad afirmou a estabilidade interna e a não adesão da população à onda revolucionária<sup>68</sup>.

*“I am not talking here on behalf of the Tunisians or the Egyptians. I am talking on behalf of the Syrians. We have more difficult circumstances than most of the Arab countries but in spite of that Syria is stable. Why? Because you have to be very closely linked to beliefs of the people. This is the core issue. When there is divergence between your policy and the people's beliefs and interests, you will have this vacuum that creates disturbance. So people do not only live on interests; they also live on beliefs, especially in very ideological areas. Unless you understand the ideological aspect of the region, you cannot understand what is happening”* (Gelvin, 2012, p. 100-101).

No entanto, é exatamente a ansiedade e nervosismo do regime em tentar sufocar quaisquer protestos que ocorressem que deu início à primeira grande manifestação na cidade de Deraa<sup>69</sup>, que de seguida se estendeu a todo o país – Duma, Harasta, Hama, Homs, Latakia, Baniyas, Qamishi, Dayr al-Zor, Tal Kalakh (Delmonte, 2011:222; Gelvin, 2012: 103-105).

---

<sup>67</sup> Ver anexo IV.

<sup>68</sup> Para Bashar Al-Assad a crise no Egito deve-se à política do governo de Mubarak, que foi um fantoche nas mãos dos Estados Unidos e de Israel (Gelvin, 2012).

<sup>69</sup> Em Deraa, cidade perto da fronteira com a Jordânia, 15 jovens são presos e torturados porque escreveram no muro da escola palavras em prol das revoluções árabes. Numa questão de dias a população de Deraa sai para as ruas a protestar.

É interessante notar como os primeiros protestos ocorreram precisamente nas regiões marginalizadas por uma década de políticas liberalizantes. Damasco e Aleppo, zonas que beneficiaram da liberalização económica são pouco afetadas, registando-se apenas pequenos protestos.

Num primeiro momento a corrupção e a necessidade de reformas foram as principais exigências populares, mas rapidamente o fim do regime e as liberdades civis foram incluídos no conjunto de reivindicações.

Com o objetivo de ganhar tempo para reprimir os manifestantes, Bashar fez algumas concessões que indicassem reformas políticas ou que antecedessem as reclamações de alguns grupos específicos.

Neste sentido, o serviço militar foi reduzido; os jovens presos em Deraa e alguns presos políticos foram libertados; o salário dos funcionários públicos foi aumentado; a lei da exceção em vigor desde 1963 foi levantada; anunciou-se o diálogo com a oposição e um projeto lei que permitiu a formação de partidos políticos, bem como medidas de combate à corrupção e liberdade de imprensa (idem: 223-224).

Contudo, estas medidas tiveram pouco impacto sobre os manifestantes. A violência intensificou-se, tanto do lado dos manifestantes como do regime, e instaurou-se uma situação de impasse, na qual os manifestantes não tiveram a unidade, coordenação e apoio nacional suficiente para derrubar o regime, e, por sua vez, o regime não conseguiu controlar extensas áreas sem recorrer às forças militares<sup>70</sup>. Aliás, uma característica bastante particular que distingue a revolta síria das demais, é o caráter móvel e fragmentado (idem: 228), as revoltas têm-se realizado em diferentes locais e quando a repressão do regime esmaga um foco de revolta, logo surge outro.

Não obstante, os jovens que tiveram um papel preponderante nas revoluções da Tunísia e Egito, mobilizando a população através das redes sociais, não foram suficientemente ativos na organização dos protestos na Síria. O mesmo sucedeu com as forças tradicionais de oposição ao regime.

A situação da Síria é realmente muito diferente das revoluções do resto do mundo árabe. As sublevações são essencialmente a expressão de questões locais ou particulares, em que cada região ou grupos em protesto têm os seus próprios projetos políticos (idem: 229), e onde a unidade que se verifica é demanda que exige o fim do partido Baath e a destituição de Assad.

---

<sup>70</sup> Ao contrário do Egito, em que o exército recusa-se a intervir sobre os manifestantes, na Síria as forças militares mantêm-se fiéis Assad. Ocorrem algumas deserções no exército, mas que não se traduzem em fragilidade para o regime.

Para além disto, encontramos nas revoltas ideais nacionalistas e religiosos que apontam para uma reconfiguração dos significados da nação. Aspeto que o regime instrumentalizou, passando a ideia de que as manifestações nada mais seriam do que o sectarismo sunita. Embora os manifestantes sejam na maioria muçulmanos sunitas, têm afirmado que os seus objetivos são a liberdade política e não a islamização da sociedade, o que é para estes se comprova com a adesão de outras etnias e religiões aos protestos (idem). Situação bem distinta da que se viveu nos anos 70 e 80 com da Irmandade Muçulmana, em que a expressão religiosa de oposição ao regime tinha como finalidade a criação de um Estado islâmico.

Em suma, no atual panorama sírio, encontramos um regime completamente desacreditado, que se utiliza do termo “radicalismo islâmico sunita” para espalhar o medo e fazer a população reviver os acontecimentos do massacre de Hama. Já a oposição está fragmentada e as tensões sectárias têm vindo a aumentar, cristãos e alauitas estão cada vez mais reticentes em apoiar as revoltas devido ao medo de uma revolução islâmica sunita que prejudique as suas comunidades. Simultaneamente, com a criação do Exército Sírio Livre o aumento do número de armas entre os manifestantes aumentou substancialmente, o que torna os protestos mais violentos e destrutivos.

## **5.6. “Primavera de Damasco?”**

Perante tudo o que foi dito anteriormente, consideramos que será apenas uma questão de tempo para que Bashar Al-Assad seja obrigado a renunciar ao poder. Dificilmente o regime terá condições para permanecer no comando do país.

As mortes, a violência e a repressão<sup>71</sup> são memórias muito presentes nas consciências populares, por outro lado, o país está completamente destruído, sendo fundamental a ajuda económica e financeira do ocidente, cenário bastante distante enquanto Bashar não se demitir. A Síria está atualmente num impasse em que o regime não consegue controlar a rebelião sem o recurso à extrema brutalidade, e as milícias revolucionárias não têm os meios, os apoios internos e externos, e a unidade suficientes para derrubar o regime.

O surgimento de grupos jihadistas como o grupo Tajamo Ansar al-Islam (Congregação dos Seguidores do Islão) e Jabhat al-Nusra<sup>72</sup> (Frente de Socorro) apontam para uma tendência de radicalização em torno do movimento revolucionário sírio, o que tem sido motivo de

---

<sup>71</sup> É bastante difícil saber ao certo o número de vítimas dos confrontos devido às restrições impostas pelo regime, que limitam o acesso de organizações humanitárias e órgãos de comunicação social ao território. A ONU estima que só num ano de conflito tenham morrido cerca de 8000 pessoas.

<sup>72</sup> Segundo relatório publicado pelo International Crises Group, as operações levadas a cabo por este grupo aproximam-se mais da Al-Qaeda no Iraque do que da oposição síria.

preocupação para as minorias e para a comunidade internacional, que receiam que o armamento entregue aos rebeldes possa cair em mãos erradas (Barthe, 2012: 38).

A Frente al-Nusra, impregnada de fundamentalismo sunita, acusa os países ocidentais de ajudarem o regime de Damasco contra os sunitas e apela à revolta dos muçulmanos contra as atrocidades do “inimigo alauita”, e à criação de um Estado islâmico salafita ultraortodoxo (idem).

Esta situação tem favorecido a divisão da sociedade síria, já por si muito dividida, e pode transformar, de acordo com Saghieh (2013: 34), a Síria num palco de terrorismo internacional, impedindo a reconstrução do país e reduzindo o grau de simpatia pela revolução junto da opinião pública mundial, a única que poderá obrigar os governos ocidentais a intervir no sentido de resolução do conflito. O radicalismo islâmico promovido por este grupo afasta, também, as minorias e os sunitas partidários de um Estado laico (idem). Estas divisões e divergências têm um impacto bastante negativo no já atribulado panorama sírio, contribuem para a falta de unidade e coordenação das forças revolucionárias, o que beneficia o regime.

Efetivamente, uma intervenção internacional seria a solução mais imediata para a questão síria, todavia, a comunidade internacional não se encontra verdadeiramente coesa para que tal aconteça. As propostas de resolução do conflito por parte do CSNU não obtiveram os consensos necessários, devido aos vetos da China e da Rússia.

Para a China, uma intervenção na Síria apenas iria piorar a situação do país. Já a Rússia, argumentou que a mudança política na Síria deveria ser o fruto de decisões internas e não imposta com uma intervenção estrangeira<sup>73</sup>.

Estas decisões devem ser entendidas como uma tentativa de manter o equilíbrio regional, uma vez, que possíveis mudanças podem tornar as relações entre os países da região ainda mais instáveis e desfavoráveis aos interesses chineses e russos.

A China desenvolveu nos últimos anos parcerias económicas com o Médio Oriente, pelo que uma intervenção militar na Síria poderá ter consequências negativas sobre as mesmas. A Síria é também um importante comprador de armas provenientes da Rússia, e garante aos russos um acesso privilegiado ao Mar Mediterrâneo, através do porto de Tartus<sup>74</sup> (Freire, 2008: 135-155). Temos, ainda, a questão do Tibete, Xinjiang e Cáucaso fonte de preocupação para estes dois países, que receiam um alastramento das revoltas árabes a

---

<sup>73</sup> Na Líbia as sanções impostas pela comunidade internacional e a restrição sobre o espaço aéreo beneficiaram os rebeldes, e foram fundamentais para o fim do regime de Kadhafi.

<sup>74</sup> Ver anexo V.

estas regiões devido à importância das comunidades muçulmanas que aí residem (Rogeyro, 2011: 285-286).

De outro lado, temos a UE e os EUA que impuseram sanções sobre a Síria, bem como a Liga Árabe que afastou a Síria da organização. Contudo estas medidas pouco efeito tiveram na diminuição da violência no país (Guidère, 2012:176).

Teresa de Almeida e Silva (2011: 154) alega a este respeito que a Síria faz parte do triângulo Irão – Hezbollah – Síria, e uma intervenção internacional no país poderá arrastar para o conflito o Irão e o Hezbollah, o que nada teria de positivo para o ocidente.

A questão síria mostra-nos, de facto, as ambiguidades de uma comunidade internacional que, por um lado, defende veemente os direitos humanos, e, por outro, coloca os interesses particulares<sup>75</sup> acima dos direitos das populações.

Posto isto, podemos dizer que será um verdadeiro desafio a reconstrução do país pós-Bashar. A economia está estagnada, os campos e cidades destruídos, o número de refugiado tremendo<sup>76</sup>, ou seja, não existe forma de as populações conseguirem organizar as suas vidas. Será, também, muito difícil a formação de uma administração política capaz de ganhar a confiança dos sírios e dirigir o período de transição (Bazzi, 2013:34).

Outro problema prende-se com o desarmamento das milícias revolucionárias e o desmantelamento do aparelho de repressão e espionagem do regime, ao mesmo tempo que se for reorganizando o exército (idem).

Por fim, será necessário garantir a unidade síria no plano político, tendo em conta os direitos das minorias, ao mesmo tempo que se forem gerindo as ambições do islamismo político. A este respeito, o Secretário da Liga Árabe salienta a necessidade de envolver no processo de transição todas as partes revolucionárias (BBC, 2013).

O recente anúncio da França e do Reino Unido de levantamento do embargo de armas imposto à Síria poderá abrir uma nova perspectiva para a resolução do conflito (Aljazeera, 2013). Há muito que o ESL alertava que o embargo de armas imposto pelo ocidente apenas favorecia o regime, uma vez que este se continuava a ser assistido pelo Irão.

---

<sup>75</sup> Não encontramos na Síria os mesmos atrativos (recursos energéticos) como no caso da Líbia.

<sup>76</sup> Segundo o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), António Guterres, a questão dos refugiados sírios é cada vez mais preocupante. O número cresce a cada dia e começa a ter consequências em países como a Turquia, Líbano e Jordânia, que não conseguem responder às necessidades dos deslocados. As deslocações não significam só a perda de casas e de segurança, têm também sido acompanhadas de crimes de género contra as mulheres e crianças.

## 6. MODELO TEÓRICO DE EVOLUÇÃO DA CRISE

Como frisamos no enquadramento metodológico, pretendemos adotar à análise dos processos revolucionários no Egito e na Síria o modelo teórico de evolução da crise desenvolvido pelos investigadores Teresa de Almeida e Silva e Pedro Ferreira, publicado na obra coletiva coordenada pelo Professor Catedrático Doutor António de Sousa Lara – “*O Caos Urbano*” (2012) –, o que nos permitirá a comparabilidade dos resultados, bem como um teste à existência deste modelo teórico.

Segundo estes autores, a maioria da população mundial concentra-se nos centros urbanos, tendência que se deverá intensificar nos próximos anos. Esta situação favorece a ocorrência de crises<sup>77</sup> em meio urbano, que ao não serem controladas levarão ao “*Caos urbano*”.

*“O caos na sociedade humana é particularmente sensível no meio urbano, quer se trate do caos considerado imputável às forças da Natureza quer o que decorre da vontade humana, designadamente a intenção subversiva. (...) Trata-se, necessariamente, de um conjunto polifacetado de fenómenos violentos que tem como denominadores comuns ocorrerem em ambiente macrourbano (grandes cidades), serem demograficamente massificados, implicarem a destruturação conjuntural da vida social, geralmente com grandes perdas de património e, eventualmente, de vidas humanas”* (Lara, 2012, pp.1-7).

Este modelo considera a existência seis fases (idem: 61-65) que caracterizam a evolução da crise:

- **Time zero** – Fase de curta duração onde se verificam os eventos que originarão a crise. Estes poderão ser uma invasão militar, desastres naturais ou convulsões sociais que paralisam todo o sistema social. A intensidade dos eventos é de tal forma rápida que o sistema (Estado) não consegue dar resposta.
- **Fase da entreaajuda** – Fase que poderá durar dois a três dias e em que de forma espontânea, voluntária e desorganizada os grupos de cidadãos tentam ajudar-se uns aos outros. A população mantém a sua confiança no Estado e na sua capacidade de resposta, contudo, o Estado mostra-se ainda desordenado e desorganizado, só no

---

<sup>77</sup> Pedro Ferreira da Silva (Lara, 2012, p. 31) entende que “a crise deriva de uma alteração do sistema, seja interna ou externa, que coloca em causa valores essenciais, onde existe uma elevada probabilidade do recurso à violência, havendo um limitado tempo de resposta. A crise materializa uma sequência de interações, sendo este processo fortemente dinâmico. Enquanto processo, a crise afeta ou tenta afetar o statu quo, ultrapassando ou tornando inoperacionais os sistemas de dissuasão, onde o nível de decisão é diretamente proporcional à importância ou gravidade da crise”.



final deste período é que começa a efetuar a avaliação dos danos e a organizar as forças de segurança e socorro.

- **Fase das pilhagens aleatórias** – Começa a verificar-se pilhagens com dois tipos de origem. Primeiro devido à falta de bens de primeira necessidade, consequência da paralisia do Estado. Segundo perante a fraca capacidade de resposta do Estado algumas pessoas começam a organizar-se de forma a obter vantagens sobre a situação iniciando um conjunto de pilhagens aleatórias.
- **Constituição de gangues armados** – Os grupos que anteriormente pilhavam aleatoriamente tornam-se mais organizados e criam uma estrutura interna e territorial<sup>78</sup>, usufruindo da impunidade e ineficácia do Estado. Simultaneamente, as populações organizam-se em milícias de defesa territorial com o objetivo de se protegerem. Torna-se, também, muito difícil perceber quem defende os seus bens e quem realiza as pilhagens. O governo tenta responder a esta situação impondo recolheres obrigatórios, mas que não são respeitados nem pela população, nem pelos vários grupos. Por outro lado, estes grupos verificam as falhas do sistema, e começam a obter vantagens dessas mesmas falhas. Desta forma, vão aos pouco substituindo-se ao próprio Estado, em matéria de segurança, chegando mesmo a cobrar essa mesma “segurança” aos cidadãos. Na verdade, se nesta fase o Estado falhar na reposição da ordem assiste-se, então, ao início da fase da subversão generalizada.
- **Subversão generalizada** – Os grupos armados que se constituíram na anterior fase começam a exercer funções do Estado. Na tentativa de expandir a sua influência os vários gangues entram em conflito. Tentam, então, garantir a lealdade dos cidadãos que vivem nas suas áreas territoriais, quer pela substituição ao Estado (assegurando a segurança e os bens de primeira necessidade), quer pelo terror. Ao mesmo tempo, os gangues procuram obter financiamento que lhes permitam aumentar as suas capacidades (armamento). Deste modo, assiste-se ao controlo do armamento estatal, e a sua utilização em benefício do grupo. O Estado encontra-se totalmente inoperacional e desacreditado. Inicia-se a definição de fações que tentam controlar o território, e que irão conduzir o país a uma guerra civil. Formam-se órgãos políticos dentro dos grupos que têm como objetivo a coordenação das atividades e a representação externa em busca de apoio.

---

<sup>78</sup> De acordo com os autores isto acontece até ao final da primeira semana, após o *time zero* (Lara, 2012, p. 63).

- **Falha do Estado** – Incapacidade do Estado em assegurar os recursos básicos à população<sup>79</sup>. Lacuna entre a soberania reconhecida de jure pela comunidade internacional e a capacidade efetiva de servir e proteger a sua população – soberania de facto. Esta falha, para além de não possibilitar a manutenção da ordem e dos serviços normais do Estado, permite a atuação impune de grupos dentro do território soberano. Neste contexto poderão desenvolver-se atividades criminosas e terroristas, e assistir-se ao próprio falhanço do Estado, através de um processo que têm origem no caos urbano.

O processo de evolução da crise não tem necessariamente de se iniciar de forma racional, o que poderá levar a que não se possam identificar todas as fases anteriormente salientadas. Daqui, decorre a inovação deste modelo, já que outros modelos de evolução da crise partem da premissa de que existem dois ou mais competidores, em que um deles inicia o processo de forma racional, ou seja, com um elemento em concreto a despoletar a crise.

Estes dois autores não excluem essa hipótese, mas, consideram que não é a única forma de iniciar o processo de crise. Um evento natural, como um sismo, que nada tem de racional pode levar a um processo subversivo, pela evolução do modelo da crise.

*“O processo subversivo não é iniciado com a intenção de derrubar o Estado, como é apanágio de várias definições sobre o processo subversivo. No entanto, e por ineficiência da resposta do Estado, a subversão aparece-nos como um produto, e não como uma causa do processo evolutivo de uma crise”*  
(Lara, 2012: 66).

Neste modelo evolutivo da crise, quanto mais cedo o Estado intervier, menor será a violência, e mais fácil será controlar a situação e manter o *statu quo*. O tempo e capacidade de resposta do Estado estão relacionados com a forma em que o Estado se organiza, ou seja, os *atributos do ator* – idade; território e população; regime; capacidade económica e militar; sistema de valores; processo de tomada de decisão – e, o *ambiente sistémico* – localização geográfica; sistema de alianças vigente; experiência em situações similares (idem: 33-35).

Assim sendo, o tempo de reação será menor quando o Estado tem à sua disposição os meios e a capacidade de intervenção; sistemas de decisão montados e definidos para a atuação em caso de crise; e experiência anterior. Ao se verificarem estas condicionantes o tempo de reação será menor e o processo de evolução da crise será interrompido (idem: 67).

---

<sup>79</sup> Saúde, educação, segurança, forte economia paralela que priva o Estado de obter os recursos fiscais, etc.

## 6.1. Os Casos de Estudo – Egito e Síria

Após a descrição do Modelo de Evolução da Crise passaremos, de seguida, à sua aplicação aos casos do Egito e da Síria.

No que concerne à crise egípcia de 25 de janeiro de 2011, podemos encontrar as fases da entreajuda, das pilhagens aleatórias e da constituição de gangues armados. As fases do *time zero* e da paralisia são difíceis de identificar devido, ao facto, de estarmos perante convulsões sociais, que foram organizadas a partir da internet (redes sociais).

Uma das situações que nos possibilita verificar a fase da entreajuda é quando o regime tenta asfixiar as revoltas espalhando o medo sobre os manifestantes da Praça Tahrir.

*“A autoridade do regime caiu e as pessoas tomaram o seu lugar. Formavam-se comissões por todo o lado para limpar a praça e comissões para instalar sanitários e casa de banho. Médicos voluntários instalaram um hospital de campanha. Havia uma comissão de defesa para proteger os manifestantes dos rufias armados, contratados pelo regime. Havia comissões para distribuir alimentos, cobertores e tendas entre os manifestantes da praça” (Aswany, 2011, p.11).*

Já as fases das pilhagens aleatórias e da constituição de gangues armados ocorrem quando alguns grupos se começam a organizar, de modo a obterem vantagens sobre a situação do país. Efetuam uma série de pilhagens em diversos locais do país, como por exemplo, em alguns museus do Cairo (idem: 77).

A subversão generalizada e o falhanço do Estado não se aplicam ao caso do Egito, porque o ciclo da evolução da crise foi interrompido com o anúncio da renúncia do Presidente Mubarak, a 11 de fevereiro de 2011, ou seja, o ciclo termina não por uma intervenção do Estado, mas devido a uma das partes – o Presidente –, satisfazer as reivindicações dos manifestantes (idem: 81).

Relativamente à crise na Síria, é perfeitamente visível a fase do *time zero*, quando na cidade de Deraa, 15 jovens são presos e torturados por escreverem no muro da escola palavras de ordem em prol das manifestações que estavam a acontecer no Egito e na Tunísia (Gelvin, 2012: 103). Este acontecimento indignou, de tal forma, as populações que, numa questão de dias, ocorreram manifestações em várias cidades do país.

O regime responde com violência às primeiras manifestações, o que teve como consequência o surgimento da violência por parte dos manifestantes. As manifestações tornam-se, a partir daqui, tão intensas que o regime não consegue dar resposta aos incidentes, quando consegue esmagar um foco de revolta, logo surge outro.

A fase da entreatajuda é muito difícil de identificar, as divisões e divergências sectárias que existem na Síria, não nos permitem observar com clareza uma entreatajuda generalizada entre as populações, como ocorreu no Egito.

As pilhagens aleatórias são, também, de difícil identificação, embora, não possamos excluir a hipótese de terem surgido alguns casos pontuais.

De acordo com este modelo de evolução da crise, depois da fase das pilhagens aleatórias poderão começar a constituir-se gangues armados, mais organizados e com uma estrutura territorial bem definida, que tentam obter vantagens da inoperacionalidade do Estado.

Esta fase é de difícil aplicação na Síria, pois o grupo de oposição ao regime mais importante é constituído pelo ESL, sendo o seu principal objetivo o derrube de Bashar Al-Assad, o que não se enquadra na definição de gangues armados proposta por este modelo.

A subversão generalizada encaixa-se na perfeição no caso sírio. Os grupos de oposição a Assad começaram a divergir em termos de ideais, assistindo-se cada vez mais à definição de fações dentro do movimento revolucionário. Ao mesmo tempo, formaram-se órgãos políticos (Conselho Nacional Sírio) com o objetivo de coordenar as atividades dos movimentos de oposição ao regime e alcançar apoio externo. O Estado encontra-se completamente desacreditado. Tal como este modelo aponta, esta situação, levou à guerra civil na Síria.

Atualmente, estamos muito perto de confirmar a última fase – o falhanço do Estado. O regime de Assad deixou de assegurar os serviços básicos à população, como a saúde, segurança, educação, ou seja, não tem qualquer credibilidade junto da população enquanto entidade estatal. Para além disto, revelou-se incapaz de estabelecer a ordem, as suas intervenções são ineficazes, e têm tido como consequência a ocorrência de mais mortes, destruição do território e aumento do número de refugiados. Ora, isto, revela uma lacuna entre a soberania reconhecida *de jure* pela comunidade internacional, e a capacidade de servir e proteger os seus cidadãos, soberania *de facto*.

Perante isto, não acreditamos que o Estado consiga interromper o processo em curso na Síria. Os seus esforços de estabilização (anúncios de algumas medidas) foram inúteis junto dos revolucionários, o que irá conduzir ao falhanço do Estado, através de um processo que teve origem no caos urbano.

Face ao que foi exposto, confirmarmos a existência e operacionalidade deste modelo de evolução da crise. Este modelo constituiu uma ferramenta de bastante utilidade, permitindo-nos obter uma análise comparada e detalhada dos elementos de ambos os processos de crise.

Neste sentido, conseguimos perceber como se desenrola a crise com a intervenção do Estado, e sem a sua intervenção. No Egito, o ciclo foi interrompido com a renúncia de Mubarak, o que teve como resultado a diminuição da violência e de perdas de vidas humanas.

Já na Síria, a ineficaz intervenção do Estado conduziu o país a uma situação verdadeiramente dramática, assistindo-se a uma completa destruturação de toda a vida social, acompanhada de enormes perdas humanas e de destruição do património nacional (economia, infraestruturas sociais, etc.), que dificultam a recuperação futura do país.

## **7. REPERCUSSÕES DA PRIMAVERA ÁRABE NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO**

### **7.1. Nota prévia**

Falar das consequências que a Primavera Árabe poderá ter no conflito israelo-palestiniano afigura-se, desde já, uma difícil tarefa. Como frisa Teresa de Almeida e Silva (2011: 149) *“com os tempos que correm e o rápido desenvolvimento dos acontecimentos no mundo árabe corremos o risco deste texto ficar desatualizado depois de colocarmos o último ponto final”*.

É, de facto, muito difícil prever o que advirá dos processos revolucionários que têm tido lugar na região do Médio Oriente. O mundo árabe engloba variadíssimas realidades, com características e particularismos muito específicos, e como vimos anteriormente não podemos comparar ou incluir no mesmo “pacote” os fatores que levaram às revoltas no Egito e na Síria. Embora possamos encontrar semelhanças, naturalmente, as exigências em torno da democracia e do fim dos ditadores, o contexto interno que estimulou a revolta foi bem distinto.

Não pretendemos, aqui, fazer qualquer tipo futurologia, mas perceber como as revoluções no Egito e na Síria poderão ter impactos no conflito israelo-palestiniano.

A partir de um exame sobre a atual realidade egípcia e síria consideraremos hipóteses e traçaremos os cenários mais prováveis, tendo em conta o pressuposto de que existem, efetivamente, consequências sobre o conflito israelo-palestiniano.

### **7.2. A ascensão política da Irmandade Muçulmana no Egito**

A vitória eleitoral que a Irmandade Muçulmana conquistou no Egito, depois da saída de Hosni Mubarak, foi, desde logo, recebida com bastante entusiasmo junto da população palestina e do partido Hamas.

O regime de Hosni Mubarak constituiu um aliado estratégico extremamente importante para os Estados Unidos e para Israel. Para além de garantir os Acordos de Camp David e de Paz com Israel<sup>80</sup>, que eliminaram do contencioso israelo-árabe o maior exército árabe, assegurou ao longo dos 30 anos em que esteve no poder, o reconhecimento das fronteiras e colonatos israelitas, postura que foi essencial para a segurança e estabilidade do Estado judaico (Delmonte, 2011).

---

<sup>80</sup> Com a paz com Israel, o Egito consegue a devolução da Península do Sinai.

Mubarak foi, também, um importante interveniente nas negociações israelo-palestinianas, que sempre previam vantagens para o lado israelita. Em suma, o *statu quo* herdado da paz entre o Egito e Israel significou para a população e refugiados palestinianos cada vez mais a perda de direitos e territórios<sup>81</sup>.

Neste contexto, sem Mubarak, Israel não tem praticamente mais “amigos” no Médio Oriente, restando-lhe apenas dois aliados estratégicos – a Jordânia e a Autoridade Palestiniana (AP). Um governo egípcio com coligações menos estreitas com Israel e os EUA é, efetivamente, um cenário que não agrada os líderes israelitas<sup>82</sup>. A renúncia de Mubarak teve, também, efeitos na AP de Mahmoud Abbas, que perdeu um dos principais aliados contra o Hamas.

Com a chegada ao poder da Irmandade Muçulmana, advertiu-se de imediato para uma possível mudança na política externa egípcia em relação à causa palestiniana, tendo em atenção que, os acordos de paz, firmados entre o Egito e Israel, são muito impopulares para a generalidade da população egípcia.

A evolução da política externa no Egito depende, em grande parte, do papel que a Irmandade Muçulmana ambiciona a ter a nível regional.

Neste sentido, os recentes acontecimentos, como o fim do bloqueio terrestre imposto a Gaza<sup>83</sup>, a mediação egípcia no último cessar-fogo na Faixa de Gaza (finais de 2012), o impulso nas negociações entre o Hamas e a Fatah<sup>84</sup>, e a visita oficial do Presidente do Irão Mahmud Admadinejad ao Egito<sup>85</sup>, parecem mostrar uma reorientação da política externa egípcia, caracterizada por uma atitude mais ativa na região.

Immanuel Wallerstein<sup>86</sup> (2012) sublima, a este respeito, que o Presidente Morsi tem uma agenda muito diferente do seu antecessor. A sua viagem a Teerão para participar numa reunião onde foi discutida a situação da Síria e a sua escala em Pequim, que adiou a visita oficial aos EUA, para além de mostrar que o Egito quer ter uma política mais independente face aos norte-americanos, revela que Morsi quer colocar a Irmandade Muçulmana e o Egito na posição de principal mediador do Médio Oriente.

---

<sup>81</sup> Com a intenção de adquirir apoio de Israel e dos EUA para a sucessão, o regime de Mubarak chegou mesmo a construir uma muralha de aço subterrânea ao longo da fronteira de Gaza, para encerrar os túneis que os palestinianos utilizam como forma de passagem de alimentos e medicamentos, condenando à fome milhares de pessoas (Aswany, 2011: 41-45).

<sup>82</sup> <http://electronicintifada.net/v2/article11762.shtml>

<sup>83</sup> Medida em vigor desde o ano de 2000, aquando dos acontecimentos da 2ª Intifada, e que foi reforçada em 2007, quando o Hamas consegue a vitória eleitoral nas eleições legislativas e passa a governar Faixa de Gaza. Esta medida impediu que as organizações humanitárias internacionais conseguissem chegar a Gaza, o que teve efeitos ao nível do apoio prestado às populações. As autoridades egípcias argumentaram que a medida se devia à necessidade de travar o aumento do fluxo de palestinianos a entrar no Egito (idem).

<sup>84</sup> Levada a cabo, ainda, pelo governo militar interino do Egito.

<sup>85</sup> A 5 de fevereiro de 2013, visita que foi motivo de espanto já que a Irmandade egípcia do Presidente Morsi é um grupo muçulmano sunita e o governo da República Islâmica do Irão é muçulmano shiita.

<sup>86</sup> <http://www.esquerda.net/opiniao/da-s%C3%ADria-%C3%A0-palestina-uma-mudan%C3%A7-de-foco/24477>

Deste modo, talvez não seja errado afirmar que o Egito da Irmandade Muçulmana pretende mesmo transformar-se no principal ator regional.

Tendo em conta os acontecimentos no Egito, não consideramos possível que ocorra uma reorientação radical das relações com Israel, e os acordos de paz deverão continuar a ser mantidos<sup>87</sup>.

Embora muitos autores defendam a ideia de que a Irmandade Muçulmana, ainda, não revelou os seus verdadeiros interesses e objetivos, já que não está suficientemente forte a nível interno e externo, consideramos que uma deterioração ou rutura diplomática com Israel nada traria de positivo perante o atual panorama interno do Egito. O país está neste momento a passar por uma grave crise política e económica, sendo fundamental a ajuda financeira internacional para a resolução desses problemas.

Um cenário de guerra aberta com o Estado judaico e de distanciamento aos EUA, não nos parece portanto, que seja o objetivo da política do novo governo egípcio. No entanto, não podemos afastar a hipótese do Egito querer rever os termos dos acordos de paz com Israel, especialmente no que se refere à forma como o Egito se tem relacionado com a causa palestiniana.

Como frisamos anteriormente, a perceção que a população egípcia tem sobre os mesmos é bastante negativa. Por outro lado, não podemos descurar a ligação histórica entre a Irmandade Muçulmana e o partido Hamas, já que este último surge pelas mãos de antigos membros da Irmandade egípcia.

Assim, consideramos que o cenário mais provável seja que a política egípcia continue a tentar mediar as divergências entre o Hamas e a AP, criando ao mesmo tempo uma fronteira mais aberta com Gaza e afirmando-se como principal mediador no conflito israelo-palestiniano e ator de maior relevância regional.

Por outro lado, consideramos que a política egípcia tentará “jogar” com as vantagens que as relações com Israel e os Estados Unidos lhe proporcionam em termos financeiros, militares e de visibilidade regional e internacional.

Ora, um Egito favorável e empenhado na causa palestiniana e aliado dos EUA e de Israel terá certamente consequências positivas para os palestinianos. Além de ser um ator que

---

<sup>87</sup> Um exemplo que consideramos bastante significativo e que demonstra que a diplomacia egípcia tem os seus limites e que não está disposta a uma degradação das relações com Israel foi aquando das manifestações da Nakbah (“catástrofe”, termo utilizado pelo povo palestiniano para caracterizar a perda dos seus territórios quando foi criado o Estado israelita), em que manifestantes palestinianos tentam passar a fronteira de Rafah mas foram impedidos pelo exército egípcio (Delmonte, 2011).



poderá restaurar a unidade palestina, poderá, também, pressionar Israel<sup>88</sup> e os norte-americanos no sentido de um acordo de paz que não ignore a questão dos colonatos e dos refugiados palestinos.

Outro aspeto que não podemos ignorar é o peso da opinião do povo egípcio saído da Revolução. A população árabe está hoje muito mais ciente dos seus direitos, e não nos parece que continue a compactuar com a política israelita de violação dos direitos dos palestinos.

Por fim, é importante salientar que o processo revolucionário da primavera Árabe e a consequente queda dos ditadores na Tunísia e Egito transmitiu aos palestinos a imagem de que Israel pode não ser assim tão invencível, e os direitos e liberdade dos palestinos podem ser alcançados.

### **7.3. O Acordo entre o Hamas e Fatah**

O Movimento da Juventude de 15 de março de 2011 é a expressão mais direta do despertar da população palestina perante os acontecimentos da primavera Árabe.

Este Movimento organizou uma marcha em vários locais dos territórios palestinos a pedir a unidade palestina. Ao mesmo tempo, dezenas de palestinos dos campos de refugiados na Síria e Líbano tentaram cruzar a fronteira de Israel exigindo o regresso às suas casas e terras, mas o exército israelita reprimiu de modo implacável os manifestantes, registando-se 20 mortos e 200 feridos (Delmonte, 2011).

No seguimento destes acontecimentos, o líder da Fatah e Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que governa os territórios da Cisjordânia, anuncia a sua viagem à Faixa de Gaza com o objetivo de levar a cabo conversações com o partido Hamas de Khaled Mishal (idem).

A queda de Hosni Mubarak e a mediação egípcia do governo de transição foram determinantes para o início deste diálogo de aproximação. Os Estados Unidos, Israel e Mubarak estimularam desde sempre o isolamento do Hamas e a debilitação das relações entre os dois partidos. O Hamas era visto como uma força hostil nas fronteiras do Egito, devido às suas ligações com a Irmandade Muçulmana egípcia.

Foi, assim, que, após algumas negociações que tiveram lugar no Cairo, os dois líderes assinam em Doha, no Qatar, um acordo com vista à reconciliação<sup>89</sup>. O acordo que daí

---

<sup>88</sup> O surgimento de um Egito mais ativo na resolução dos problemas da região faz com que Israel tenha que ter uma atitude mais moderada, já que o Egito é o maior fornecedor de gás a Israel.

resultou tinha duas partes fundamentais: a formação de um governo interino através da realização de eleições presidenciais e legislativas, e o reconhecimento do objetivo comum de pôr fim à ocupação israelita.

Desde as eleições legislativas de 2006, as relações entre a Fatah e o Hamas haviam sido cortadas e a Faixa de Gaza passou a ser administrada pelo Hamas, sendo o seu Primeiro-ministro Ismail Haniyeh <sup>90</sup>. De acordo com muitos autores, o Hamas é um interlocutor incontornável para a paz tanto no interior como exterior dos territórios palestinianos. No mundo muçulmano, é visto como o principal representante da resistência palestiniana a Israel, já que, depois dos Acordos de Oslo e das denúncias de corrupção, a Fatah de Yasser Arafat perdeu muito do seu apoio interno (Guidère, 2012: 148-150).

A reconciliação entre estes dois importantes atores palestinianos representa o primeiro passo para o caminho do reconhecimento do povo palestiniano, condição *sine qua non* para o reconhecimento internacional do Estado da Palestina. Estes dois líderes confrontam-se hoje com os mesmos desafios – o extremismo, mas só o tempo poderá dizer se a unidade palestiniana agora reencontrada permitirá acabar com o radicalismo e fundamentalismo, de forma, a conseguir a tão desejada paz (idem).

O primeiro passo parece, realmente, ter sido lançado, contudo não foram abrangidas no acordo as questões da religião<sup>91</sup> e de Israel, o que poderá causar divergências posteriores e constituir, mais uma vez, um entrave à paz.

Todo este contexto, impulsionou a iniciativa da AP de regressar com a causa palestiniana junto das Nações Unidas.

A 29 de novembro de 2012, a AGNU aprova o pedido da AP para se tornar Estado observador não-membro da ONU<sup>92</sup>. Embora, esta decisão tenha sido lamentada pelos EUA e alvo de retaliação por parte de Israel<sup>93</sup>, deve ser entendida como um fator que pode constituir, no futuro, pressão política a Israel.

---

<sup>89</sup> maio de 2011, Israel criticou este acordo, chegando a afirmar que a AP devia escolher entre a paz com Israel ou com o Hamas. Como resposta a estas críticas o Porta-voz da AP disse que Israel deveria escolher entre uma paz justa, com um povo palestiniano unificado, ou a continuação da política de colonatos, *in* <http://www.esquerda.net/artigo/acordo-entre-fatah-e-o-hamas-na-palestina>.

<sup>90</sup> Depois de confrontos violentos entre os dois partidos, em 2007, o Hamas passa a controlar a Faixa de Gaza (levando aí a sua própria política), o que conduziu a uma divisão *de facto* dos territórios palestinianos. Esta situação leva Israel a lançar a operação militar “Chumbo Fundido” muito criticada internacionalmente devido à desproporcionalidade da ação. Este grupo conta com o apoio político e financeiro do Irão e Hezbollah.

<sup>91</sup> A Fatah reconhece o Estado de Israel e tem uma posição muito mais moderada relativamente ao papel da religião islâmica.

<sup>92</sup> 138 Votos a favor, 9 contra, e 41 abstenções (Jornal Público, 2012).

<sup>93</sup> Israel anunciou a construção de mais colonatos, declaração que obteve muita contestação dos países ocidentais como dos EUA, França e Reino Unido.

#### **7.4. A crise na Síria e as suas implicações no conflito israelo-palestiniano**

Relativamente à situação na Síria, como já tivemos oportunidade de salientar, não acreditamos que o regime de Bashar Al-Assad tenha capacidades para continuar a governar o país. Quer seja pela fuga, renúncia ou morte, Al-Assad acabará por ser afastado do poder.

Já as milícias revolucionárias não têm à sua disposição os meios militares suficientes que ultrapassem as forças leais a Al-Assad, e falta-lhes unidade interna e apoio externo.

Deste modo, o cenário mais provável é que este conflito se estenda por um longo período, registando-se cada vez mais mortes, destruição, violência, e aumento do número de refugiados.

Fazer prognósticos para depois de Al-Assad é, de facto, impossível. A Síria poderá transformar-se num Estado democrático e laico, como também, num Estado inspirado nos movimentos fundamentalistas islâmicos, que defendem a criação de um Estado salafita ultraortodoxo.

Num dos piores cenários, mesmo que o radicalismo islâmico consiga alcançar o poder na Síria, não consideramos que isso constitua uma ameaça imediata para Israel. O governo terá questões bem mais urgentes a resolver internamente. O país está completamente destruído, a economia estagnada, sendo necessário reintegrar os refugiados no país, ao mesmo tempo, que se for normalizando a vida pública.

Uma acalmia das relações entre a Síria e Israel seria, neste sentido, bastante vantajosa. A Síria poderia estabelecer acordos de gestão ao nível dos recursos hídricos da região (Saraiva *apud* Cardoso, 2012: 63-64), e, até mesmo, restabelecer a soberania sobre os territórios dos Montes Golan.

Não obstante, a crise síria tem-nos mostrado uma diminuição do apoio do regime de Assad aos grupos do Hamas e Hezbollah<sup>94</sup> (Majed, 2013: 36), o que tem consequências em termos dos recursos financeiros e logísticos disponíveis por estes grupos para praticarem as suas ações contra Israel. Isto poderá traduzir-se numa diminuição da violência e dos atentados em Israel e nos territórios palestinianos.

Devemos, ainda, salientar os efeitos da crise síria sobre os refugiados palestinianos e a minoria judaica que reside no país. A dramática questão humanitária na Síria tem consequências negativas, especialmente, no que diz respeito à população palestiniana, que, mais uma vez, se vê como um povo sem rumo ou perspetiva futura.

---

<sup>94</sup> O apoio governamental sírio permitia o abastecimento por via terrestre junto do Irão de armamento (Majed, 2013: 36).

Por fim, temos as consequências geopolíticas na região. O movimento massivo de refugiados para países como a Turquia<sup>95</sup>, Jordânia e Líbano, pode criar problemas sociais e políticos bastante graves, já que estes não estão a conseguir responder às necessidades dos refugiados. Por outro lado, num cenário de uma intervenção militar regional ou internacional, o Irão e o Hezbollah poderiam unir forças em defesa de Bashar Al-Assad, o que tornaria este conflito, ainda mais duradouro e desastroso para as populações.

## 7.5. Israel e os acontecimentos do Mundo Árabe

Israel deveria ter recebido com bastante satisfação o despertar dos povos árabes, contudo não foi o sucedido.

*“Proclamada a ‘única democracia do Médio Oriente’, Israel devia ter recebido as revoltas árabes de braços abertos, naquilo que elas tinham de genuína afirmação popular. Mas as reações israelitas, dentro e fora do governo de Netanyahu, foram no máximo, comedidas”* (Rogeyro, 2011: 203).

Na realidade, Israel teme as consequências das revoltas árabes. Para os israelitas é fundamental que os novos regimes árabes reconheçam a sua existência nacional, fronteiras e as suas exigências de segurança, ou seja, o seu *statu quo* herdado da paz com o Egito e a Jordânia (idem: 204).

A ascensão aos movimentos revolucionários de grupos fundamentalistas inspirados no islamismo político, e que no passado pregaram ações radicais contra Israel, assusta os decisores políticos israelitas. Se, porventura, as relações com o Egito<sup>96</sup> piorarem ao ponto de entrarem em conflito, abre-se uma nova frente de combate no já sobrecarregado sistema de defesa de Israel, com adversários quase por todos os lados (idem).

Ao mesmo tempo que receia a instauração de regimes fundamentalistas islâmicos, Israel suspeita do estabelecimento de regimes democráticos, pois estes podem desejar, da mesma forma, maior rigidez sobre as políticas de Israel para com os palestinianos.

A Primavera Árabe mostra-nos as contradições entre aquilo que é o discurso e a prática do Estado israelita. Por um lado, afirma-se como a “única” democracia do Médio Oriente e defende o estabelecimento de regimes democráticos na região, mas por outro, viola os

---

<sup>95</sup> Os acontecimentos na Síria preocupam Ancara, além de ter acordos comerciais e económicos muito importantes com Damasco, o possível aumento da contestação em torno da autonomia curda e a questão dos refugiados sírios poderá justificar uma intervenção militar do governo turco.

<sup>96</sup> Uma deterioração das relações com o Egito poderia ter, também, influência sobre o preço do gás, ou mesmo no seu abastecimento a Israel. O Egito fornece cerca de 40% do gás a Israel, uma degradação entre os dois países teria consequências graves na economia e na segurança do país.

direitos humanos dos palestinianos<sup>97</sup>, desrespeita as leis internacionais, as resoluções das NU<sup>98</sup>, a 4ª Convenção de Genebra e os Acordos de Oslo (Silva, 1998).

Paralelamente, os acontecimentos no mundo árabe levaram a que Israel tivesse a necessidade de condenar as ditaduras (que durante muito tempo lhes foram favoráveis) de modo a ter credibilidade e legitimidade junto dos países ocidentais que lhe proporcionam apoio.

Israel poderá ter mesmo de repensar a sua ideologia judaica (enquanto fator constituinte do seu Estado) e o seu carácter securitário, como também a sua política de agressividade com os palestinianos. Se o objetivo da sua política israelita for efetivamente a paz, Israel não poderá continuar a ignorar os direitos dos palestinianos. Será, fundamental, uma política centrada no diálogo diplomático e uma negociação com os palestinianos em plenas condições de igualdade.

O contexto regional em que o Estado de Israel se insere está cada vez mais indefinido, faz portanto todo o sentido que Telavive redefina os seus objetivos e altere a forma como lida com a causa palestiniana e com os seus vizinhos. A estratégia israelita há muito que se tornou completamente obsoleta, resta-nos saber se realmente Israel está disposto a perder o domínio sobre os territórios que anexou em 1967 e alcançar uma paz duradoura.

Nas eleições legislativas de 22 de janeiro de 2013, para além de ser bem visível o descontentamento dos cidadãos israelitas para com o Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, foi possível observar a necessidade de incluir na coligação partidos que permitam a Netanyahu manobrar as iniciativas internacionais de retoma das negociações com os palestinianos (Somfalvi, 2013: 32). Assim, não foram incluídos na coligação os ultraortodoxos, aliados tradicionais do Primeiro-Ministro reconduzido e a ala que maior pressão fazia na manutenção e construção de colonatos<sup>99</sup>.

Attila Somfalvi (idem) considera que, embora não restem dúvidas de que o recomeço das iniciativas internacionais terá como resultado cedências israelitas, estas não serão concessões concretas no terreno, mas sim medidas de confiança, como a suspensão de qualquer construção ou algo similar, o que será certamente insuficiente para um acordo de paz.

---

<sup>97</sup> Durante mais de 50 anos de ocupação, Israel tem confiscado os bens dos palestinianos, dividiu os seus territórios, restringindo a liberdade de circulação e reforçando a dependência económica (economia estagnada e desemprego) face aos israelitas (Silva, 1998).

<sup>98</sup> Exemplo: Resolução 194 do CSNU que previa o regresso dos palestinianos aos seus lares, mas que foi desrespeitada por Israel.

<sup>99</sup> <http://www.publico.pt/mundo/noticia/netanyahu-ja-conseguiu-formar-governo-em-israele1587742>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o tema que nos propusemos levar a cabo nesta dissertação de mestrado permitiu-nos, de facto, comprovar a existência de consequências no conflito israelo-palestiniano.

Os acontecimentos no Egito apontam para uma reconfiguração da política externa egípcia, caracterizada por uma postura bastante mais ativa em relação aos problemas da região e à causa palestiniana.

Ao invés do que muitos previram, a política egípcia da Irmandade Muçulmana não se traduziu (por enquanto) num distanciamento face aos Estados Unidos e a Israel. Como confirmamos no nosso trabalho, isso só traria desvantagens perante o atual contexto do Egito.

Não obstante, conseguimos verificar a intenção do Egito em se tornar um ator de relevo no âmbito regional. Ao mediar o cessar-fogo na Faixa de Gaza e dar o impulso para o início do diálogo entre o Hamas e a Fatah, o Egito conseguiu um protagonismo que há muito havia perdido.

Um Egito que se relacione, ao mesmo tempo, com Israel, EUA, Hamas e Fatah só terá consequências positivas no que diz respeito à questão palestiniana. Este é um ator que poderá exercer pressões significativas junto de Israel e da comunidade internacional (pela sua posição geoestratégica), no sentido de se obter um acordo de paz que não ignore a questão dos refugiados palestinianos e dos colonatos.

O acordo alcançado entre o Hamas e a Fatah é, na nossa opinião, a primeira consequência positiva deste “novo” Egito saído da Revolução. Este acordo, além de constituir um passo bastante importante para a restauração da unidade palestiniana, foi fundamental para o reconhecimento da Palestina como país observador não membro das NU, condição *sine qua non* para o reconhecimento, no futuro, de um Estado soberano no território da Palestina.

A obtenção deste acordo mostrou-nos, também, como o Hamas – considerado por Israel e os EUA como um grupo terrorista – é uma figura incontornável para a paz naquele território.

No que concerne à Síria, não nos foi possível prever que tipo de governo surgirá depois de Bashar Al-Assad. Contudo, o modelo de evolução da crise permitiu-nos comprovar de que não existem hipóteses para que o regime de Assad continue no poder. A Síria deixou de assegurar as suas funções de Estado, pelo que consideramos ser eminente a queda do regime de Assad.

A política anti-israelita e antiamericana praticada por Assad sempre constituiu um impedimento para a resolução dos problemas na região e do conflito israelo-palestino. Embora não possamos prever que tipo de regime se estabelecerá na Síria, consideramos que, perante o difícil quadro interno do país, um desanuviamento nas relações com Israel só traria benefícios para a Síria. Esta poderia recuperar os territórios dos Montes Golan, estabelecer múltiplos acordos com Israel e outros países ocidentais e ser apoiada financeiramente, o que permitiria estimular a recuperação económica do país.

A revolução Síria mostrou-nos, também, uma diminuição do apoio aos grupos do Hezbollah e do Hamas, o que se repercute nos recursos disponíveis por estes grupos para praticarem as suas atividades contra Israel. A médio prazo, esta situação poderá ter como consequência a diminuição da violência e dos atentados em Israel e nos territórios palestinos, o que será positivo para a região.

Por outro lado, não podemos descurar o impacto que o movimento massivo de refugiados tem tido na região, verificando-se já algumas consequências políticas e sociais nos países de acolhimento, designadamente, na resposta às necessidades dos refugiados. Situação, esta, que tem, também, consequências ao nível da comunidade judaica<sup>100</sup> e dos refugiados palestinos que residem no país.

Para além disto, conseguimos com este estudo observar a influência que os grupos fundamentalistas islâmicos têm nas revoltas árabes. Estes grupos viram na queda dos ditadores a oportunidade para adquirirem visibilidade política. Os seus argumentos de que as políticas impostas pelo ocidente degradaram as sociedades árabes, conquistaram muito apoio popular e mostraram-se um importante veículo de condução de massas, que poderá originar, à semelhança do Egito, a instauração de governos afetos ao islamismo político.

Perante todo este contexto, faz todo o sentido que Israel reveja a sua política nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, já que a pressão em torno da resolução da questão palestina está cada vez mais acesa.

A Primavera Árabe no Egito e na Síria mostrou-nos como as populações árabes estão hoje mais cientes dos seus direitos, o que não nos parece que continuem compactuar com a política de privações que Israel impõe aos palestinos.

Na visita do Presidente norte-americano, Barack Obama, no passado mês de março, foram visíveis as intenções americanas no sentido de Israel retomar as negociações com os palestinos. As incertezas quanto ao futuro das revoluções árabes e às suas implicações

---

<sup>100</sup> Aumento dos antagonismos com as comunidades muçulmanas.

nos países ocidentais explicam a necessidade da comunidade internacional em retomar as negociações com vista a um acordo de paz entre as duas partes em conflito.

No entanto, para um acordo de paz, é necessário que Israel negocie em plenas condições de igualdade com os palestinos, o que implica fazer verdadeiras concessões no terreno (ao nível dos colonatos e dos refugiados, por exemplo), o que consideramos ser um grande desafio perante uma política israelita inspirada numa ideologia sionista, que discrimina os palestinos e tenta a todo o custo inviabilizar a criação de um Estado Palestino, através de uma política de construção de colonatos que lhe permite controlar e explorar os recursos dos territórios palestinos.

Essa política sustentada pelos poderosos grupos ortodoxos e ultra-ortodoxos israelitas, teve o aval de importantes elites norte-americanas, e de acordo com alguns autores como Finkelstein (2011)<sup>101</sup>, os Estados Unidos apenas irão forçar uma completa retirada dos territórios palestinos quando virem os seus interesses vitais ameaçados.

*“Quanto ao futuro é difícil fazer previsões e afirmar com certeza como vai ser: Mas, como dizia Vitor Hugo, o futuro tem muitos nomes. Para os incapazes é o inalcançável, para os medrosos é o desconhecido, para os valentes é a oportunidade. E esta poderá ser a oportunidade de mudança para aqueles que ousaram desobedecer à ordem estabelecida”* (Silva, 2011: 161).

---

<sup>101</sup> <http://sionismo.net/palestina/norman-finkelstein/>



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

ASWANY, Alaa Al. (2011). *O Estado do Egito, o que tornou a revolução possível*. Lisboa: Quetzal Editores.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

BONIFACE, Pascal. (2005). *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.

\_\_\_\_ (2008). *Guerras do Amanhã*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

BRUCE, Steve. (2008). *Fundamentalism*. Cambridge: Polity Press.

CARDOSO, Gioconda. (2012). *Estratégia nacional de segurança e defesa: Israel de 1974 à atualidade*. Dissertação de Mestrado em Estratégia. Lisboa: ISCSP.

CHAUPRADE, Aymeric. (2001). *Géopolitique. Constantes et Changements dans l'Histoire*. Paris: Ellipses.

COBBAN, Helena. (1989). *La organización para la liberación de Palestina*. México: colección popular, fondo de cultura económica.

COSTA, Helder Santos. (2000). *Shiismo iraniano, uma abordagem histórico-sociológica*. Lisboa: ISCSP.

\_\_\_\_ (2003). *O Martírio no Islão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Estudos Islâmicos.

DELMONTE, Luís Mesa (coord.). (2011). *Seminário Internacional: Protestas populares en África del norte y el Medio Oriente*. El Colegio de México: Centro de Estudios de Asia y África.

DEUS, Ruth Costa. (1999). *Israel no contexto das relações internacionais: do sionismo à cooperação com a União Europeia*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: ISCSP.

DIAS, Carlos Manuel Mendes. (2005). *Geopolítica: teorizações clássicas e ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.

GELVIN, James L. (2012). *The arab uprisings, what everyone needs to know*. Oxford University Press.

GRAÇA, Pedro Borges (coord.), (2011), *Estudos de Intelligence*, Lisboa, Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP.

GRESH, Alain. (2001). *Israel, Palestina, verdades sobre um conflito*. Porto: Campo das Letras.

GOMES, Rita Cristina. (2002). *Origens e evolução do conflito israelo-palestiniano*. Relatório de estágio do curso de Ciência Política em Lisboa: ISCSP.

GUIDÈRE, Mathieu. (2012). *O choque das revoluções árabes. Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão*. Lisboa: Edições 70.

JACKSON, Richard; Murphy, Eamon; Poynting, Scott. (2010). *Contemporary state terrorism: theory and practice*. New York: Routledge.

KALDOR, Mary. (1999). *New and old wars: organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press.

LARA, António de Sousa. (2004). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP.

\_\_\_\_ (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina.

\_\_\_\_ (coord.). (2012). *Caos Urbano*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

MOREIRA, Adriano. (1996). *Teorias das relações internacionais*. Coimbra: Almedina.

MOREIRA, Carlos Diogo. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*, UTL – ISCSP, Lisboa.

PAPPE, Ilan. (2007). *História da Palestina Moderna: uma Terra dois Povos*. Lisboa: Editorial Caminho.

PINTO, Maria do Céu. (2008). *Infiéis na terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.

REIS, Felipa Lopes. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo bolonha*. Lisboa: Pactor.

SACHAR, M. Howard. (2000). *A history of Israel from the rise of Zionism to our time*, New York: Alfred A. Knopf.

SHAHAK, Israel. (1997). *História judaica e religião judaica, o peso de três mil anos*. Lisboa: Astória – Artes Gráficas.

SILVA, Helena Santos Neves. (1998). *Nascidos na Terra Prometida: uma análise sociopolítica do conflito israelo-árabe*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: ISCSP.

SILVA, Teresa de Almeida e. (2010). *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

\_\_\_\_ (2011). *Islão e fundamentalismo islâmico das origens ao século XXI*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

ROGEIRO, Nuno. (2011). *Na rua árabe, causas e consequências das revoltas no Médio Oriente*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

### **Artigos**

BARRINHA, André. (2012). A Turquia e a primavera Árabe. *Ciência e Cultura*, 64, 4, 43-56.

BARTHE, Benjamin. (2012). Cresce a influência jihadista. *Courrier Internacional*, 201, novembro, 38.

BAZZI, Youssef. (2013). E depois de derrubar Assad? *Courrier Internacional*, 204, fevereiro, 34.

FREIRE, Maria Raquel. (2008). Contenção, projeção e envolvimento: a política externa russa para o grande Médio Oriente. *Nação e Defesa*, 121 (3), 135-155.

HOLMES, Charles. (2013). A revolução não vai parar. *Courrier Internacional*, 205, março, 35.

MAJED, Ziad. (2013). O Hezbollah já não é o que era. *Courrier Internacional*, 204, fevereiro, 36.

MCPEAK, Merrill A. (1976). Israel: Borders and Security. *Foreign Affairs*, 54 (3), 426-443.

MEAD, Walter Russell. (2008). The New Israel and the Old. *Foreign Affairs*, 87 (4), 28-46.

MICHAEL, Sami. (2012). Israel tornou-se num Estado racista. *Courrier Internacional*, 201, novembro, 76-82.

PERTHES, Volker. (2006). The Syrian solution. *Foreign Affairs*, 85 (6), novembro/ dezembro, 33-40.

PINTO, Maria do Céu. (2007). Os interesses geopolíticos dos Estados Unidos no Médio Oriente”. *Geopolítica*, 1, 241-257.

REUVENY, R. (2003). Fundamentalist colonialism: the geopolitics of israeli-palestinian conflict. *Political Geography*, 22, 347-380.

RUBIN, Barry. (2006). Israel's New Strategy. *Foreign Affairs*, 85 (4), 111-125.

SAGHIEH, Hazem. (2013). A oposição deve rejeitar os jihadistas. *Courrier International*, 205, março, 34.

SARAIVA, Maria Francisca. (2007). Geopolítica e geoestratégia dos Montes Golan. *Geopolítica*, 1, setembro, 259-290.

SOMFALVI, Attila. (2013). Cartão Amarelo para Netanyahu. *Courrier International*, 205, março, 32.

SEGEV, Tom. (2006). A Bitter Prize. *Foreign Affairs*, 85 (3), 145-150.

Simon, Steven; Stevenson, Jonathan. (2004). The Road to Damascus. *Foreign Affairs*, 83 (3), maio/junho, 110-118.

## **Webgrafia**

HASSAN, Bassem (2011), "Egypt: the continuing legacy of the Mubarak-Sadat regime" *in* <http://studies.aljazeera.net/ResourceGallery/media/Documents/2011/7/30/2011730124542515580Egypt-The%20Continuing%20Legacy%20of%20the%20Mubarak-Sadat%20Regime.pdf>, página consultada a 10 de janeiro de 2012.

LUSTICK, Ian S. (1988), "For the Land and the Lord: Jewish Fundamentalism in Israel" *in* <http://www.sas.upenn.edu/penncip/lustick/>, página consultada a 20 de janeiro de 2012.

MARTINS, Bruno Oliveira (2008), "Atos de violência nos colonatos israelitas da Cisjordânia: um teste ao Estado de direito" *in* <http://cepese.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20BOM.pdf>, página consultada a 28 de abril de 2012.

PINTO, Maria do Céu; SILVA, Vicente Ferreira (2006), "Jogam-se várias partidas no xadrez do Médio Oriente: a crise no Líbano" *in* [http://www.ipri.pt/publicacoes/working\\_paper/working\\_paper.php?idp=32](http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=32), página consultada a 11 de janeiro de 2012

PNUD, Human Development Report 2009/10 occupied Palestinian territory, investing a human security for a future state *in* <http://www.undp.ps/en/newsroom/publications/pdf/other/phdreng.pdf>

SHARP, Jeremy M (2012), "Egypt: transition under military rule" *in* <http://fpc.state.gov/documents/organization/194799.pdf>, página consultada a 15 de setembro de 2012.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE (2009), “Options for US Mediation of an Israel-Syria Peace Process” in [http://www.usip.org/events/2009/0206\\_us\\_mediation.html#audio](http://www.usip.org/events/2009/0206_us_mediation.html#audio), página consultada a 3 de fevereiro de 2012.

YACOUBIAN, Mona (2007), “Syria’s Relations with Iraq” in [http://www.usip.org/pubs/usipeace\\_briefings/2007/syria\\_iraq.pdf](http://www.usip.org/pubs/usipeace_briefings/2007/syria_iraq.pdf), página consultada a 5 de agosto de 2012.

### **Imprensa**

- Diário de Notícias
- Expresso
- Le Monde Diplomatique, edição portuguesa
- Público

### **Revistas**

- Courrier International
- Nação e Defesa
- Visão

### **Sites**

[www.crisisgroup.org](http://www.crisisgroup.org)

[www.un.org](http://www.un.org)

[www.undp.org](http://www.undp.org)

[www.aljazeera.com](http://www.aljazeera.com)

[www.bbc.co.uk/news](http://www.bbc.co.uk/news)

[www.mfa.gov.il/MFA](http://www.mfa.gov.il/MFA)

[www.likud.org.il/en/](http://www.likud.org.il/en/)

[www.publico.pt](http://www.publico.pt)

### **Outras fontes**

- Documentários transmitidos pelo canal Odisseia, em fevereiro de 2012: “As Mulheres do Hamas” e “Árabes em Israel”.
- Documentário sobre a “Revolução Egípcia” transmitido na SIC Notícias, em janeiro de 2013.

## ANEXOS

### Anexo I – Resolução 446 do CSNU de 22 de março de 1979

Kampuchea and Romania to participate, without vote, in the discussion of the question.

At its 2134th meeting, on 22 March 1979, the Council decided to invite the representative of Saudi Arabia to participate, without vote, in the discussion of the question.

#### Resolution 446 (1979) of 22 March 1979

*The Security Council,*

*Having heard the statement of the Permanent Representative of Jordan and other statements made before the Council,*

*Stressing the urgent need to achieve a comprehensive, just and lasting peace in the Middle East,*

*Affirming once more that the Geneva Convention relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, of 12 August 1949,<sup>10</sup> is applicable to the Arab territories occupied by Israel since 1967, including Jerusalem,*

1. *Determines* that the policy and practices of Israel in establishing settlements in the Palestinian and other Arab territories occupied since 1967 have no legal validity and constitute a serious obstruction to achieving a comprehensive, just and lasting peace in the Middle East;

2. *Strongly deplores* the failure of Israel to abide by Security Council resolutions 237 (1967) of 14 June 1967, 252 (1968) of 21 May 1968 and 298 (1971) of 25 September 1971, by the consensus statement made by the President of the Council on 11 November 1976<sup>11</sup> and by General Assembly resolutions 2253 (ES-V) and 2254 (ES-V) of 4 and 14 July 1967, 32/5 of 28 October 1977 and 33/113 of 18 December 1978;

3. *Calls once more upon* Israel, as the occupying Power, to abide scrupulously by the Geneva Convention relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, of 12 August 1949, to rescind its previous measures and to desist from taking any action which would result in changing the legal status and geographical nature and materially affecting the demographic composition of the Arab territories occupied since 1967, including Jerusalem, and, in particular, not to transfer parts of its own civilian population into the occupied Arab territories;

4. *Establishes* a commission consisting of three members of the Security Council, to be appointed by the President of the Council after consultation with the members of the Council, to examine the situation relating to settlements in the Arab territories occupied since 1967, including Jerusalem;

<sup>10</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 75, p. 287.

<sup>11</sup> *Official Records of the Security Council, Thirty-first Year, 1969th meeting.*

5. *Requests* the Commission to submit its report to the Security Council by 1 July 1979;

6. *Requests* the Secretary-General to provide the Commission with the necessary facilities to enable it to carry out its mission;

7. *Decides* to keep the situation in the occupied territories under constant and close scrutiny and to reconvene in July 1979 to review the situation in the light of the findings of the Commission.

*Adopted at the 2134th meeting by 12 votes to none, with 3 abstentions (Norway, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, United States of America).*

#### Decisions

In a letter dated 13 March 1979,<sup>12</sup> the Secretary-General informed the Security Council that, in accordance with the decision of the Government of Iran, the Iranian battalion would be repatriated from the United Nations Disengagement Observer Force. He proposed to transfer a company of the Finnish battalion of the United Nations Emergency Force to the Force as a stop-gap measure of limited duration. In a letter dated 14 March,<sup>13</sup> the President of the Council informed the Secretary-General as follows:

"I have brought your letter of 13 March 1979 to the attention of the members of the Security Council. They considered the matter in informal consultations on 14 March and agreed with the proposal contained in your letter.

"The representative of China has informed me that China dissociates itself from the matter."

In a note dated 3 April 1979,<sup>14</sup> the President of the Council stated that, following consultations with the members of the Council, agreement has been reached that the Commission established under paragraph 4 of resolution 446 (1979) would be composed of Bolivia, Portugal and Zambia.

At its 2141st meeting, on 26 April 1979, the Council proceeded with the discussion of the item entitled:

"The situation in the Middle East:

"Interim report of the Secretary-General under Security Council resolution 434 (1978) concerning the United Nations Interim Force in Lebanon (S/13258);<sup>15</sup>

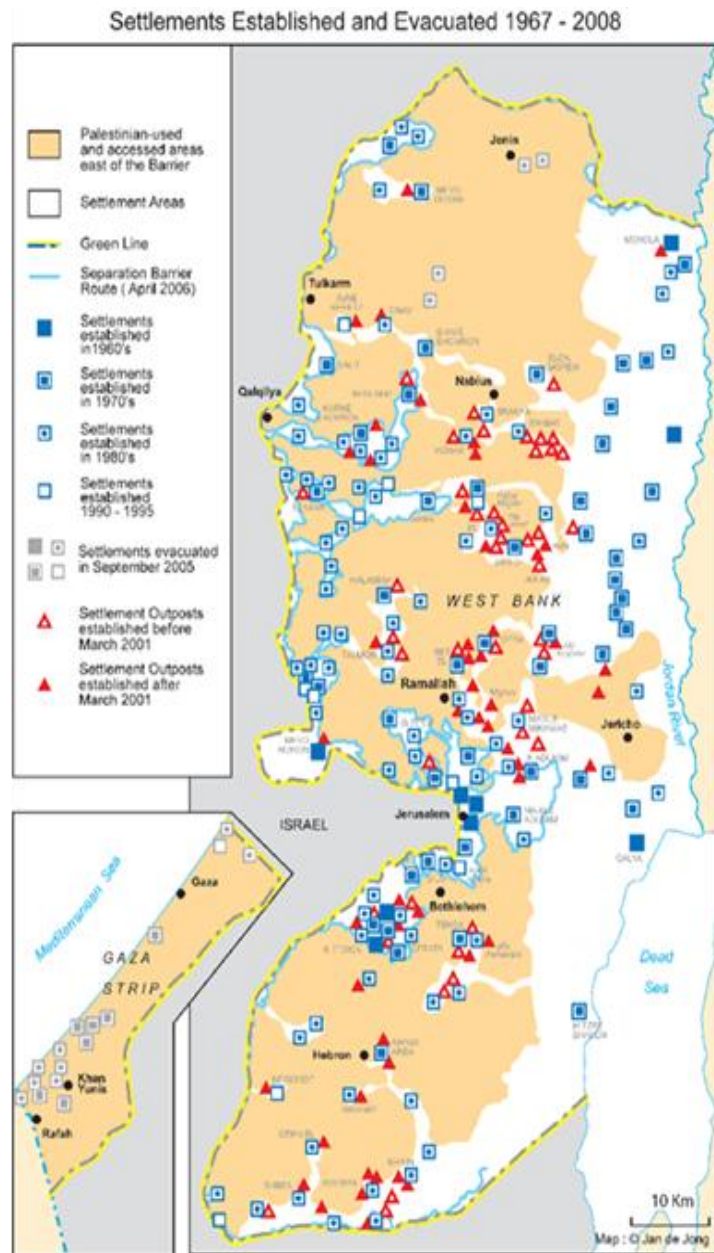
<sup>12</sup> *Ibid.*, *Thirty-fourth Year, Supplement for January, February and March 1979*, document S/13166.

<sup>13</sup> *Ibid.*, document S/13167.

<sup>14</sup> *Ibid.*, *Supplement for April, May and June 1979*, document S/13218.

<sup>15</sup> *Ibid.*, *Supplement for April, May and June 1979*.

## Anexo II – Colonatos estabelecidos e evacuados entre 1967 e 2008



Fonte: [http://www.fmep.org/maps/settlements-population/settlements-established-evacuated-1967-2008-feb-2008/fmep\\_v18\\_map\\_settlements.gif/image\\_view\\_fullscreen](http://www.fmep.org/maps/settlements-population/settlements-established-evacuated-1967-2008-feb-2008/fmep_v18_map_settlements.gif/image_view_fullscreen)

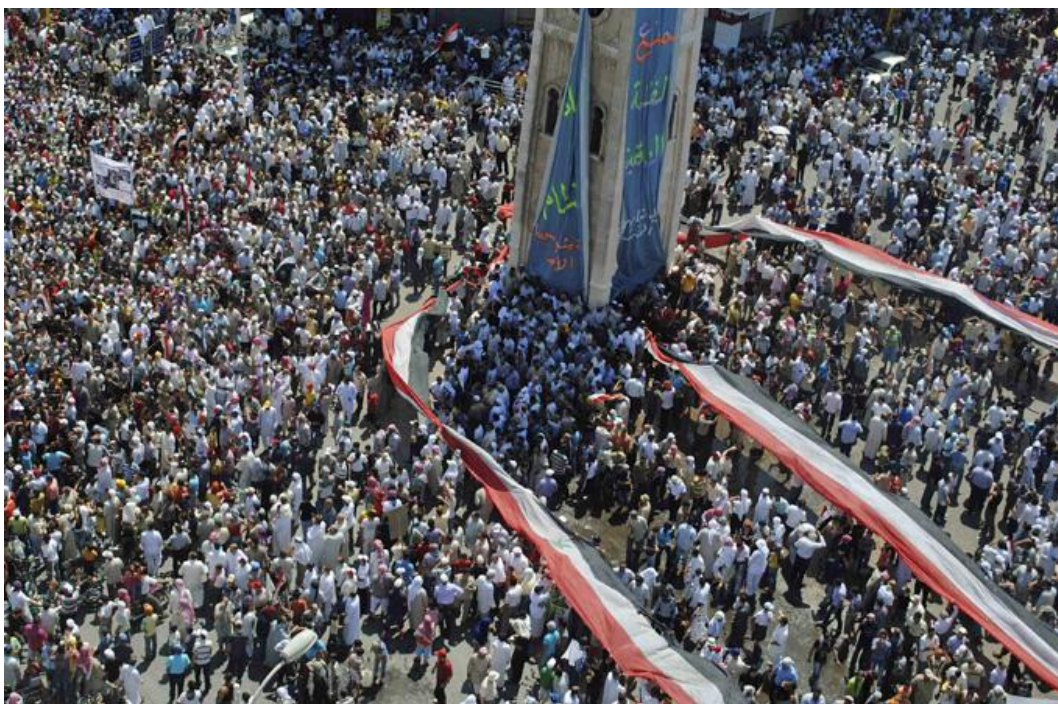
### Anexo III – Mapa do Egito



Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/eg.html>



#### Anexo IV – Manifestações contra Bashar Al-Assad na Síria



Fonte: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/03/2013313145616102879.html>

## Anexo V – Mapa da Síria



Fonte: [www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sy.html](http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sy.html)